

ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

CELY ROSA PINHEIRO

A GESTÃO EDUCACIONAL INCLUSIVA NA ESCOLA

SÃO LEOPOLDO

2015

CELY ROSA PINHEIRO

A GESTÃO EDUCACIONAL INCLUSIVA NA ESCOLA

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de
Mestra em Teologia
Escola Superior de Teologia
Programa de Pós-Graduação
Linha de Pesquisa: Ética e Gestão

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Laura Franch Schmidt da Silva

SÃO LEOPOLDO

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P654g Pinheiro, Cely Rosa
A gestão educacional inclusiva na escola / Cely Rosa
Pinheiro ; orientadora Laura Franch Schmidt da Silva. – São
Leopoldo : EST/PPG, 2015.
55 p. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Faculdades EST. Programa de
Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo,
2015.

1. Educação inclusiva. 2. Inclusão escolar – Avaliação.
3. Escolas – Organização e administração. I. Silva, Laura
Franch Schmidt da Silva. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

CELY ROSA PINHEIRO

A GESTÃO EDUCACIONAL INCLUSIVA NA ESCOLA

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de
Mestra em Teologia
Escola Superior de Teologia
Programa de Pós-Graduação
Linha de Pesquisa: Ética e Gestão

Data:

Laura Franch Schmidt da Silva – Doutora em Teologia – Faculdades EST

Remí Klein – Doutor em Teologia – Faculdades EST

RESUMO

Dados do censo escolar indicam que em 2014, mais de 698 mil crianças com necessidades especiais se encontravam matriculadas em salas de ensino regular. E para que essas crianças não sejam apenas dados de uma pesquisa estatística, para que de fato elas participem das atividades da escola e alcancem ganhos no seu desenvolvimento físico, intelectual, afetivo e social, é necessário o empenho de todos os envolvidos com a educação, assim como uma qualificação deste capital humano envolvido diretamente com este público. Tendo em vista esse panorama esta pesquisa tem como tema central a gestão educacional inclusiva no ensino regular. Tivemos como objetivo geral discutir a importância de professores, coordenadores, psicólogos, pais e demais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem dentro da instituição de ensino trabalharem com crianças com necessidades especiais em uma visão inclusiva e ética. Como objetivos específicos, propõe-se: a) Compreender a importância do seu papel no processo de inclusão da criança com necessidades especiais, na escola e na sociedade; b) Compreender a importância do papel da gestão e dos demais envolvidos no processo educacional dentro da instituição no processo de ensino-aprendizagem; c) Reiterar e fortalecer o compromisso histórico dos educadores com a qualidade da escola; d) Enfatizar a didática e as práticas de ensino como áreas epistemológicas e disciplinares para fundamentar os processos de ensino e de aprendizagem como uma prática de inclusão social e emancipação política. A motivação surgiu a partir de relatos de graduandos do curso de pedagogia no componente “Educação Especial e Inclusiva”, onde constatamos o desconhecimento deles e da gestão das instituições em que estagiavam sobre a educação inclusiva. Acreditamos que a grande relevância social do projeto é a conscientização da importância do preparo dos profissionais envolvidos com a educação especial e da comunidade em geral, possibilitando que os mesmos atuem de forma satisfatória e ética. Para responder os objetivos delineados foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, descritiva. Utilizamos em nossas construções diversos autores dentre os quais podemos destacar: Boff, Chalita, Hoffmann e Tiba. Como resultados percebemos que as pessoas envolvidas com o nosso sistema de ensino tem conhecimento da necessidade de incluir crianças com necessidades especiais na rede regular de ensino. Verificamos que elas percebem a necessidade de qualificar profissionais para atuarem com essas crianças, porém as providências necessárias para que esta prática seja consolidada ainda encontram aquém do ideal.

Palavras-chave: Educação. Ética. Inclusão escolar. Qualificação.

ABSTRACT

Data from the school census indicate that in 2014 more than 698 thousand children with special needs were enrolled in regular teaching classrooms. And for these children to not be only data from a statistical research, but for them to truly participate in the activities of the school and reach gains in their physical, intellectual, affectionate and social development, all who are involved with education need to put effort into this, and there needs to be a qualification of this human capital which is directly involved with this public. Having in view this panorama this research has as its central theme inclusive educational management in regular teaching situations. We had as our general goal to discuss the importance of teachers, coordinators, psychologist, parents and other persons involved in the teaching-learning process within a teaching institution to work with children with special needs with an inclusive and ethical view. As specific goals we propose: a) Comprehend the importance of their role in the process of inclusion of a child with special needs in the school and in society; b) Comprehend the importance of the role of management and of the others involved in the educational process within the institution in the process of teaching-learning; c) Reiterate and strengthen the historic commitment of educators with the quality of the school; d) Emphasize didactics and teaching practices as epistemological and curricular component areas to form a strong base for the teaching and learning processes as a practice of social inclusion and political emancipation. The motivation arose from the reports of graduates of the pedagogy program in the component "Special and Inclusive Education" where we observed their lack of knowledge and that of the management of the institutions in which they were doing their internships about inclusive education. We believe that the great social relevance of the Project is the awareness raising of the importance of the preparation of the professionals involved with special education and of the community in general making it possible that these may work in a satisfactory and ethical way. To fulfill the goals outlined a bibliographic research was carried out of a descriptive, qualitative approach. We used in our constructions various authors within which I highlight: Boff, Chalita, Hoffmann and Tiba. As results we perceived that the persons involved in our teaching system have the knowledge of the need to include children with special needs in the regular teaching network. We verified that they perceive the need to qualify the professionals which work with these children, however the necessary provisions for this practice to be consolidated are still far from the ideal.

Keywords: Education. Ethics. School inclusion. Qualification.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
1 PROCESSO DE INCLUSÃO	09
1.1 A Família	09
1.2 O Professor e os Demais Profissionais da Educação	14
2 BREVE HISTORICO SOBRE A INCLUSÃO	23
2.1 Associação de Pais e Amigos dos Excepcinais (APAE´s)	27
2.2 Educação Especial/Educação Inclusiva	30
2.3 Adequações arquitetônicas para a inclusão	32
2.4 Tipos de Exclusão	34
3 TESTES E AVALIAÇÕES	35
3.1 Ética no processo de inclusão.....	40
3.2 Afetividade no processo de inclusão	44
CONCLUSÃO.	51
REFERÊNCIAS	54

INTRODUÇÃO

Dados do censo escolar indicam que, em 2014, mais de 698 mil crianças com necessidades especiais se encontravam matriculadas em salas de ensino regular. E para que essas crianças não se tornem apenas dados de uma pesquisa estatística, para que de fato elas participem das atividades da escola e alcancem ganhos no seu desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e social, é necessário o empenho de todos os envolvidos com a educação, assim como uma qualificação deste capital humano envolvido diretamente com este público. Tendo em vista este panorama esta pesquisa teve como tema central a gestão educacional inclusiva na escola.

Tivemos como objetivo geral discutir a importância de todos os envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem, a exemplo de professores, coordenadores, psicólogos ou pais, trabalharem com uma visão inclusiva e ética da criança com necessidades especiais. Com os objetivos específicos pretendemos: a) Compreender a importância do papel de cada um na escola e na sociedade em um processo de inclusão da criança com necessidades especiais; b) Compreender a importância do papel da gestão e dos demais envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem; c) Reiterar e fortalecer o compromisso histórico dos educadores com a qualidade da escola; d) Enfatizar a didática e as práticas de ensino como áreas epistemológicas e disciplinares, cuja finalidade é a de fundamentar os processos de ensino e de aprendizagem como uma prática de inclusão social e emancipação política.

A escolha do tema surgiu de relatos de graduandos do curso de Pedagogia. Ao cursarem “Educação Especial e Inclusiva” pudemos perceber que os mesmos não tinham conhecimento de seu papel na educação inclusiva e nem a gestão das instituições em que estagiavam, já que as mesmas não proporcionavam condições de atuarem de forma satisfatória.

Acreditamos que a grande relevância social do projeto é a conscientização da importância do preparo dos profissionais envolvidos com a educação especial e da comunidade em geral, possibilitando que os mesmos atuem de forma satisfatória e ética.

Nesta pesquisa distribuimos nossa construção em três capítulos. No capítulo inicial apresentamos a preocupação das famílias com as instituições de ensino em que depositarão seus anseios proporcionar uma formação de qualidade aos seus

filhos até mesmo antes dos mesmos nascerem. As famílias encontram-se atentas às instituições que trabalham com as crianças as temáticas atuais, como o consumo consciente dos recursos renováveis e da inclusão de crianças com necessidades especiais.

Abordamos a importância dos pais, da família, em colaborarem com a escola no desenvolvimento das atividades necessárias para a formação de cidadãos saudáveis, porém, quanto a decidir que estratégia pedagógica será utilizada no processo de ensino e de aprendizagem dos educados, os pais não têm como opinar, pois não receberam formação para isso. Os mesmos podem e devem acompanhar as metodologias adotadas e os resultados alcançados pelas avaliações curriculares.

Na continuidade abordamos sobre o desafio de exercer essa árdua função e missão de ser professor, e por ser difícil e complexa precisa ser feita por quem ama a profissão. Dentre os inúmeros desafios um dos mais difíceis na nossa atualidade talvez seja a inclusão de crianças com necessidades especiais. Principalmente porque a maioria dos professores não se sente preparada para atuar de forma construtiva, já que na sua formação docente não acumulou conhecimentos teóricos e nem práticos para tal atuação.

Retratamos a importância da socialização das experiências tanto positivas quanto negativas entre os profissionais que atuam nas instituições de ensino com a missão de incluir alunos com necessidades especiais. Até mesmo porque todos se encontram no mesmo “barco”, pois geralmente receberam a mesma formação e as dúvidas são muito semelhantes. A força do grupo fortalece a escolha do melhor caminho a ser trilhado, escolha esta que é cercada de muita responsabilidade.

Encerramos o capítulo discorrendo sobre outros profissionais que podem e devem colaborar junto ao professor e à família no processo de inclusão de crianças com necessidades especiais, como o psicólogo, o educador físico e o coordenador pedagógico e de como este tema deve ser trabalhado de forma transversal na escola de ensino regular.

. No segundo capítulo expomos uma breve discussão sobre a conceituação dos termos **normalidade** e **anormalidade**, infelizmente ainda utilizados quando abordamos a temática da inclusão. Em seguida relatamos a evolução histórica legal do processo de inclusão pela qual a nossa sociedade tem passado, destacando a Declaração de Salamanca, a Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, e a LDB.

Dando continuidade ao capítulo intermediário, estabelecemos a diferença entre educação especial e educação inclusiva e as principais dificuldades encontradas pelos ativistas dessa causa. Demonstramos as reais conquistas no que se refere à aplicação do que se encontra na prática e não somente na legislação vigente e o que ainda necessita para ser reconquistado. Abordamos também umas adequações arquitetônicas que devem ser realizadas de acordo com a ABNT, adequações pedagógicas e metodológicas fundamentais para que a inclusão aconteça de forma satisfatória em nosso dia-a-dia. Finalizamos o capítulo falando sobre os tipos de exclusão social.

Findamos esta pesquisa com o capítulo 3, onde contemplamos a importância de pais, responsáveis e/ou professores encaminharem a criança que hipoteticamente necessite de algum acompanhamento especializado para o profissional competente para uma avaliação e, a partir dela, realizar o devido tratamento, caso seja necessário.

Apontamos a importância da realização de um processo avaliativo, seguindo todas as etapas e levando em consideração todas as contingências envolvidas, principalmente no que se refere ao aprendizado de crianças com necessidades especiais, não podendo aí padronizar nossos procedimentos de avaliação. Temos de estar atentos quanto à nossa conduta ética frente ao processo educacional, aplicando a lei da inclusão, sem deixar a desejar as demais condutas pertinentes solicitadas para uma vida em sociedade.

Encerramos este estudo interpelando que todo este processo de inclusão só será possível de ser alcançado se fizermos uso da afetividade durante todo este trajeto. Somente com amor ao próximo, respeito, cumplicidade, dedicação e responsabilidade poderemos de fato crescer com o outro, sem deixar de lado a subjetividade de cada indivíduo.

A pesquisa utilizada nesta pesquisa estudo foi bibliográfica, de abordagem qualitativa, descritiva. Utilizamos em nossas construções diversos autores, dentre os quais podemos destacar: Boff, retratando a importância da ética em nossas atividades profissionais; Chalita, pontuando a afetividade como elemento de grande contribuição no processo de ensino e aprendizagem; Hoffmann, relatando o cuidado que devemos ter ao avaliarmos o aluno.

1 PROCESSO DE INCLUSÃO

Em nossa sociedade contemporânea uma das grandes preocupações quanto à juventude é o número de adolescentes que engravidam precocemente. De acordo com o censo realizado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2010, o número de adolescentes grávidas teve uma queda significativa, porém o número de jovens que tem de assumir a responsabilidade da maternidade precocemente ainda é alarmante. Fato este que acarreta uma série de consequências para essas crianças que chegam sem nenhum planejamento e sem grandes perspectivas por parte dos pais.

1.1 A Família

Em contraponto a esta realidade, cresce o número de jovens que planejam seu futuro com riqueza de detalhes, seja quanto à sua formação profissional, situação financeira, até a construção de família. Temos notícias de grandes empresários extremamente jovens e com uma família bastante estruturada.

Ao ampliarem a família com o nascimento dos filhos, mesmo ainda estando no ventre da mãe, seus pais já têm uma profunda preocupação com a educação dos mesmos. Nos conteúdos a serem transmitidos, valores que os pais como primeiros professores irão transmitir nos primeiros meses de vida, mas também onde esta criança irá estudar, se é próximo de casa, se é um local seguro, tendo em vista o aumento da violência, se adota uma religião específica. Se a escola tem uma boa equipe pedagógica, um material didático atualizado e, além de tudo isso, uma das grandes preocupações dos pais hoje é se a escola trabalha junto às crianças essas demandas do mundo moderno, mas que, se não trabalhadas as consequências, serão tão devastadoras quanto as demais por um longo tempo já trabalhadas.

Podemos citar o uso das novas tecnologias, o uso consciente e responsável da água e dos demais bens naturais e da inclusão de crianças com necessidades especiais em classes regulares.

Vivemos em um mundo no qual existem grupos formados para destruir outros grupos que têm uma religião diferente da sua. Torcidas organizadas que deveriam ir aos estádios para se divertirem, acabam por assassinar torcedores da torcida adversária, ou por agredir verbalmente o seu semelhante nas questões étnicas. O

professor leva consigo a missão de transmitir a importância de se respeitar o próximo em todo o seu contexto. E não só transmitir o conhecimento, mas também propiciar a experimentação diária desta realidade, desde os primeiros passos de forma natural. O problema tem o tamanho que damos a ele.

Sabemos que muito do que as crianças aprendem é por imitação. As crianças não nascem preconceituosas, nem sabem o que vem a ser preconceito, ou a importância de se comer frutas e verduras, a somar e dividir grandes quantias. Portanto, temos de ter muito cuidado com nossos valores e com os nossos conceitos praticados no dia-a-dia.

O aprendizado seria excessivamente trabalhoso, para não mencionar perigosos, se as pessoas dependessem somente dos efeitos de suas próprias ações para informá-las sobre o que fazer. Por sorte, a maior parte do comportamento humano é aprendido pela observação através da modelagem. Pela observação dos outros, uma pessoa forma uma ideia de como novos comportamentos são executados e, em ocasiões posteriores, esta informação codificada serve como um guia para a ação.¹

Acreditamos que os pais buscam para seus filhos instituições que trabalhem o respeito às múltiplas realidades de cada indivíduo, porém sem perder o caráter doce, lúdico de grandes e duradouras lembranças que é o que nos faz lembrar com prazer e saudade de nossa infância na escola. Das amizades, do cheirinho do lanche na hora do recreio, daquela professora por quem muitos se apaixonaram e admiram muitos anos depois já adultos. A felicidade se faz presente desde o momento de chegada à escola até o retorno para nossas casas.

Frequentemente ouvimos depoimentos de professores, gestores e profissionais em geral ligados à educação se queixando de que os pais pouco participam da vida escolar de seus filhos. Mas afinal de contas como é esta participação que eles esperam que os pais acolham? No que os pais podem colaborar? Não estaríamos esperando dos pais condutas que não cabem aos mesmos? Não estaríamos querendo fazer a diferença de uma forma tão marcante na educação de nossos jovens que estaria havendo um desvio de funções?

Os pais de fato podem colaborar com o desenvolvimento da aprendizagem de seus filhos ajudando-os a construir valores morais, escolhendo uma boa escola, comparecendo sempre que solicitados pela instituição de ensino para discutir sobre

¹ BANDURA A., AZZI, R. G.; POLYDORO, S. *Teoria Social Cognitiva: Conceitos Básicos*. Porto Alegre: Artmed, 2008, p.22.

os rumos da educação dos menores e não só quando forem solicitados, mas sempre que acharem pertinente. Não para fiscalizar, mas para compartilhar.

Porém, quanto a decidir qual estratégia pedagógica será utilizada no processo de ensino e de aprendizagem dos educandos, os pais não têm como opinar no que se refere à sistemática empregada, porque grande parte dos genitores não possui formação pedagógica para contribuir didaticamente. Principalmente no que se refere à educação de crianças com necessidades especiais. Os pais podem e devem incentivar para que haja interação entre todas as crianças, mas não se posicionar em relação a como a professora deverá proceder para educar essas crianças respeitando suas particularidades.

Existem localidades em que, por não existir uma educação de qualidade para as crianças, a comunidade inteira se mobiliza, se organiza de forma a conseguir o que lhes falta, seja estrutura predial, material escolar, fardamento, profissionais, enfim. São lindas manifestações de solidariedade e de trabalho em grupo, mas não podemos deixar de ressaltar que, quando a comunidade arregança as mangas e “constrói” uma escola, ela está assumindo uma responsabilidade que não é dela e sim do poder público. O mesmo não deve acontecer quanto aos pais dizendo o que deve ou não ser feito pelos educadores para com a educação de seus filhos. Os professores sim receberam uma qualificação adequada para realizar esta tarefa de forma satisfatória. Tanto nas disciplinas formais como matemática, português, ciência e geografia, dentre muitas outras, como nas relações interpessoais e seus conflitos.

É compromisso dos pais acompanhar o processo vivido pelos filhos, dialogar com a escola, assumir o que lhes é de responsabilidade. Mas é compromisso da escola compreender e assumir os compromissos e limites de cada parte, bem como é responsabilidade do governo, que institui uma escola obrigatória e de direito a todas as crianças, provê-la de recursos humanos e materiais necessários oriundos dos impostos cobrados a toda a sociedade².

A escola deve ter como prioridade não um processo de práticas classificatórias, como ainda acontece em grande parte do nosso país, mas sim que benefícios os métodos adotados pela instituição trarão para o seu alunado.

Os pais que, porventura, vierem a ser abordados pela instituição de ensino em que o filho estuda esclarecendo e solicitam que o mesmo conduza a criança à

² HOFFMANN, Jussara. *Avaliar – respeitar primeiro avaliar depois*. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.p.33.

um especialista por uma suspeita de que a criança tenha algum tipo de necessidade especial, que não veja a escola como um inimigo que quer desmoralizar seu filho, mas como um aliado, e um forte aliado, que veio para contribuir no diagnóstico e no tratamento precoce e adequado de uma possível patologia. Que com certeza fará toda a diferença no desenvolvimento saudável da criança. Essa é uma das grandes contribuições que os pais podem trazer para o processo de ensino e aprendizagem de seus filhos e para com a escola.

Caso a necessidade especial se confirme, os pais não devem negar, fazer “vista grossa” ou ficar se lamentando, procurando culpados. Devem encarar o desafio de “peito aberto”, requisitando um profissional capacitado, encarando o tratamento com bastante seriedade, encaminhando a criança para fazer o tratamento adequado, sem faltas ou atrasos, para que a mesma possa usufruir de tudo que o profissional lhe pode oferecer.

No que se refere à inclusão de crianças com necessidades especiais em turmas da rede regular de ensino, dependendo da conduta do professor ao abordar a singularidade de cada uma, ele não terá grandes benefícios no que se refere à integração deste grupo como um todo de forma respeitosa e acolhedora. Pontuando aos educandos que todos nós temos particularidades, alguns precisam de óculos para enxergar melhor, outros são tímidos e por isso encontram dificuldades em fazer novas amizades, tem ainda aquele que é cadeirante e o que precisa de um intérprete em Libras para se fazer entender. Mostrar às crianças que todos nós temos limitações e qualidades, sejam elas físicas, cognitivas, emocionais ou sociais, mas se unirmos o que cada um tem de bom as limitações serão apenas um pequeno obstáculo que vencido renderá uma maravilhosa comemoração e histórias a serem divididas com as futuras gerações.

Segundo Hoffmann:

Inclusão pode representar exclusão sempre que a avaliação for para classificar e não para promover, sempre que as decisões levarem em conta parâmetros comparativos, e não as condições próprias de cada aluno e o princípio de favorecer-lhe oportunidade máxima de aprendizagem, de inserção na sociedade, em igualdade de condições educativas. Essa igualdade nada a ver com a visão padronizada da avaliação, como uma exigência de igualar-se aos colegas, de corresponder às exigências de um currículo fixo, ou de um professor. Tem a ver com a exigência de delinear-se concepções de aprendizagem e formar profissionais habilitados que

promovam condições de escolaridade e educação a todas as crianças e jovens brasileiros em suas diversidade.³

A importância da qualificação dos profissionais da educação também se concentra no conhecimento do desenvolvimento humano, seja ele físico, emocional, cognitivo e social. Muitas crianças são encaminhadas para fazerem uma avaliação e serem acompanhadas por profissionais de saúde como psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas e educadores físicos, levando em consideração uma hipótese diagnóstica que deve ter seu sigilo sustentado, sendo apenas discutido com quem de direito, no caso pais e/ou responsáveis. Esta observação deve ser minuciosa e só apenas ser confirmada ou descartada por um profissional competente àquela patologia. Do contrário corremos o risco de estabelecer falsos rótulos, difíceis de serem removidos após estarem instalados.

Não é raro encontrarmos crianças sendo encaminhadas a psicólogos pela instituição de ensino que frequentam com suspeita de TDAH - Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade. Ao serem avaliadas, não se constata a patologia, chegando a um diagnóstico de uma criança bastante ativa, sem uma rotina pré-estabelecida pelos pais e sem limites dentro da esfera familiar. o que acaba por repercutir no seu comportamento na escola.

A escola tem que ter bastante prudência quando tiver algum aluno com suspeita de necessidade especial, comunicar à família e solicitá-la que acompanhe o aluno ao profissional competente para realizar uma avaliação do quadro. Em hipótese alguma deve permitir que esta informação alcance outras pessoas que não as pertinentes, do contrário uma vez a criança com um rótulo de autista, por exemplo, e na análise do profissional qualificado essa patologia não se confirmar, todos os envolvidos terão sérios problemas para reverter este quadro. Isso pode causar na criança um sentimento de inferioridade, incapacidade, baixa autoestima, podendo chegar a um processo depressivo.

A necessidade de qualificação para os profissionais de educação atender a esses alunos com necessidades especiais é gritante, até para que os profissionais saibam avaliar a evolução do aprendizado dos alunos, que não pode ser em pé de igualdade com as demais crianças ditas “normais”.

³ HOFFMANN, 2012, p.34.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, na experiência de outros países, como a Espanha, Portugal, Itália, não prescinde da existência, na rede escolar, de profissionais especializados, equipes de apoio, que acompanham os alunos todo o tempo e orientam o trabalho dos professores de classe. Se estes estiverem inseguros ou amedrontados frente a esse compromisso, terá o aluno o respeito que lhe é devido?⁴

Um dos grandes compromissos para que a inclusão ocorra de fato e de direito é a qualificação dos profissionais que conduzirão a educação deste país de forma ética e responsável. É de extrema importância oferecer uma educação para todos de forma a não excluir suas individualidades, oferecendo aos educandos o direito de todo cidadão de ter acesso à educação com todo o respeito que lhe é pertinente.

1.2 O Professor e os Demais Profissionais da Educação

É comum ouvirmos na fala de profissionais de saúde mental que é importante reforçar em nossos filhos seus talentos e qualidades. Uma vez eles se sentindo amparados a seguirem suas escolhas, a probabilidade de que estas sejam alcançadas com êxito trazendo satisfação ao indivíduo são singularmente maiores. Todos nós conhecemos casos de pessoas que seguiram uma determinada profissão para satisfazer o pai, ou porque financeiramente aparentemente é melhor, ou por imaginarem que o mercado ainda está crescendo na área escolhida, o que pode lhe beneficiar quanto à concorrência, enfim, poderíamos citar aqui inúmeros motivos. Porém, o erro que muitas pessoas cometem ao escolherem uma profissão é o da importância de fazerem algo que gostam para que consigam um desempenho profissional próspero e prazeroso.

Os cidadãos que optam por exercerem a profissão de professor devem ter em mente que no ofício de sua escolha terão uma série de desafios, em alguns momentos sem grandes ganhos financeiros e pode ser que não venham a receber o reconhecimento tão almejado, mas uma profissão de grande relevância para a formação de uma nação orientada, autônoma e justa dentre outros adjetivos.

Um dos inúmeros desafios dos professores das instituições de ensino hoje é a inclusão de alunos com necessidades especiais. Onde quanto à inclusão escolar não se trata de agregar um aluno especial ao sistema de ensino, mas sim de criar

⁴ HOFFMANN, 2012, p.34.

diferentes formas de ensino para educar este aluno com características diferentes da grande maioria dos alunos.

Talvez, o significado da palavra - incluir, não esteja ligado a inserir pessoas diferentes na sociedade e sim fazer um trabalho diferenciado com essas pessoas, um trabalho que possibilite a autonomia, porque o professor deve estar em constante aprendizagem, buscando informações e estar sempre disposto a ouvir o aluno para um melhor desempenho do seu trabalho. Ao desenvolver seu planejamento, o professor tem que pensar no que ele está preparando e para quem ele está preparando, para que depois não venha a se frustrar, então terá que repensar sobre o seu planejamento e aplicar um olhar diferente sobre o seu trabalho.⁵

Uma escola que prega que seja preservado e respeitado o direito à educação de todos por todos, não pode fechar os olhos para a individualidade de cada um. Se somos diferentes a escola não deve esperar que a mesma metodologia de ensino seja empregada a turmas com quarenta alunos, quarenta hábitos, quarenta crenças, quarenta culturas diferentes.

Se o educador tiver utilizado um recurso com um aluno especial e isso tenha surtido um grande efeito, ele tem como todo bom profissional que compartilhar esse conhecimento com os demais colegas, assim como as angústias e frustrações de algo que tenha sido utilizado com o intuito de ensinar e não tenha tido o resultado esperado. Trocando informações nos sentimos mais acolhidos e encorajados nas investidas de um caminho com ainda poucas pegadas em que nos basear para de fato promover uma educação inclusiva.

Ninguém se forma no vazio. Formar-se supõe troca, experiência, interações sociais, aprendizagem, um sem fim de relações. Ter acesso ao modo como cada pessoa se forma é ter em conta a singularidade da sua história e, sobretudo, o modo singular como age, reage e interage com os seus contextos. Um percurso de vida é assim um percurso de formação, no sentido em que é processo de formação.⁶

Todos os profissionais, não apenas o professor, devem estar sempre se policiando em buscar novas formas de atuar, já que, em nosso dia-a-dia, a todo momento, surgem novas demandas que requerem novas posturas e condutas. Podemos citar o caso de uma fisioterapeuta do interior do Piauí, que fazia o acompanhamento semanal de um jovem menino de nove anos, sempre às quartas-

⁵SILVA, Ana Paula Mesquita; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. *O Papel do Professor Diante da Inclusão Escolar*. Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 – 2014, p.3-4. <http://www.uninove.br/marketing/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Ana_Paula.pdf>.

Acesso em: 05 abr 2015.

⁶SILVA; ARRUDA, 2014,p.3.

feiras. O que chamava a atenção de todos os profissionais de saúde que ali trabalhavam é que a criança era levada ao atendimento chorando e gritando compulsivamente que não queria estar ali. A criança fazia fisioterapia por haver nascido com o tendão posterior ao tornozelo de uma das pernas rígido e não flexível como um tendão saudável, o que não permitia que ele pisasse com a planta do pé totalmente no chão. A criança só pisava com os dedos no chão, o que já estava ocasionando outros problemas de saúde, como dores nas costas.

Infelizmente por conta da ausência de um profissional qualificado, só agora com nove anos ele estaria recebendo o tratamento adequado para tal enfermidade. A psicóloga do posto de saúde, sensibilizada com a situação que se repetia semana após semana, procurou conhecer um pouco mais do paciente e de sua necessidade. A criança relatava sentir muita dor durante o procedimento tradicional utilizado pela profissional de fisioterapia, dentro do que a Secretaria de Saúde do Município lhe oferecia. Após levar o caso para discutir com a equipe do PSF – Programa de Saúde da Família, a psicóloga resolveu lançar uma proposta para a fisioterapeuta, que atentamente ouviu e não hesitou em tentar experimentar a nova estratégia.

A Secretaria de Saúde adquiriu uma cama elástica individual, muito utilizada por academias de ginástica com o intuito de fortalecer os membros inferiores. A psicóloga elaborou atividades lúdicas que misturavam músicas com movimentos em que o paciente pularia na cama elástica, onde além de se divertir, ele realizaria o movimento necessário para que o mesmo reestabelecesse o tendão que estaria embebido pelo gel utilizado durante as fisioterapias. Nesse primeiro momento a dinâmica foi conduzida pela psicóloga sob o olhar atento da fisioterapeuta, pois a criança também já tinha construído grande resistência à profissional de fisioterapia, por associar a imagem da jovem moça às dores que sentia durante o atendimento, comportamento muito comum entre as crianças. Cada profissional atuou dentro de sua área de domínio, porém atentas às sugestões que outros profissionais ofereciam, já que o objetivo em comum de todos era o reestabelecimento do paciente. A profissional de fisioterapia reconheceu que também estava reagindo de forma negativa aos atendimentos do garoto por todas as demandas improdutivas que aquele caso acompanhava. E os resultados positivos logo surgiram.

A mesma conduta de união entre os profissionais de educação, professores, diretores, merendeiras, porteiros, serviços gerais, todos os envolvidos com as instituições de ensino deve ocorrer em prol da evolução do processo de

aprendizagem das crianças, assim como no caso anteriormente relatado. O que pode parecer apenas um pequeno detalhe levantado por um colega, no todo pode representar a chave para a solução de alguma demanda presente.

O ego dos profissionais, ou seja, o envaidecimento dos profissionais envolvidos é um elemento que não pode ser colocado em primeiro plano, pois isto sim poderá trazer grandes prejuízos ao processo educacional de crianças com necessidade especiais.

A grande maioria dos professores na atualidade tem consciência da necessidade de colocar se a inclusão de fato em prática, porém a grande preocupação deles se refere à qualificação para atuar na inclusão dessas crianças. Como proceder com um aluno autista, ou um deficiente auditivo ou visual?

O Presidente Luís Inácio Lula da Silva instituiu em 30 de janeiro de 2009 a Política Nacional de Formação de Professores, onde fica estabelecido para o âmbito da educação básica:

Induzir e fomentar, inclusive em regime de colaboração com os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior, a formação inicial e continuada de profissionais de magistério, respeitada a liberdade acadêmica das instituições conveniadas.⁷

Estabelece também que na formação inicial de profissionais de magistério a modalidade de ensino presencial deve comungar com o uso de recursos e tecnologias da educação a distância. Já no que se refere à formação continuada de profissionais do magistério recomenda-se a utilização, em especial, de recursos e tecnologias de educação a distância.

A CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior ficará responsável pelos cursos de atualização e especialização de professores. A CAPES é uma fundação pública vinculada ao MEC com as seguintes atribuições:

Subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas e no desenvolvimento de atividades de suporte à formação de profissionais de

⁷ PESSOA, Izabel Lima. *Política nacional de formação de professores da educação básica. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, p.3.*

[https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.sec.ba.gov.br%2Fcee%2Farquivos%2Fapresentacoes_reuniao_conjunta_ilheus%2FPolitica Nacional de Formacao de Professores da Educacao Basica.ppt&ei=IE9JVejeBMOpNp2XgZAF&usq=AFQjCNEOpvxdeLWVtenu6vqOFE5SJTvEA&bvm=bv.92291466,d.eXY.>](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.sec.ba.gov.br%2Fcee%2Farquivos%2Fapresentacoes_reuniao_conjunta_ilheus%2FPolitica%20Nacional%20de%20Formacao%20de%20Professores%20da%20Educacao%20Basica.ppt&ei=IE9JVejeBMOpNp2XgZAF&usq=AFQjCNEOpvxdeLWVtenu6vqOFE5SJTvEA&bvm=bv.92291466,d.eXY.>) Acesso em 05 abr 2015.

magistério para a educação básica e superior e para o desenvolvimento científico e tecnológico do País (Lei 11.502, de 11 de julho de 2007).⁸

Política Nacional de Formação de Professores dentre as linhas de atuação da Educação Básica também estabelece:

1. Promoção da formação inicial e continuada com a oferta de cursos presenciais e a distância para **professores em exercício**;
2. Promoção de programas de indução à **iniciação à docência**.⁹

Um dos programas de incentivo à Formação dos Professores da Educação Básica é o PARFOR, que tem como objetivo:

Garantir que os professores em exercício na rede pública de educação básica tenham a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. A oportunidade de acesso dos docentes à formação exigida pela LDBEN será realizada por intermédio da ampliação da oferta de vagas nos cursos regulares de licenciatura das Instituições de Educação Superior – IES ofertados na modalidade presencial e em cursos superiores de educação a distância.¹⁰

Essas mudanças ocorridas no ensino pela Política Nacional de Formação de Professores trazem grandes ganhos para o nosso sistema de ensino. Porém, acreditamos que causa um significativo desconforto por parte dos professores quanto à sua atuação, por terem recebido durante a graduação um consistente conhecimento quanto à teoria, mas quanto à prática na educação de crianças com necessidades especiais a formação ficou a desejar.

Trabalhar abraçando essa causa é ter que ser consciente da necessidade de saber flexibilizar quanto aos conteúdos ministrados, espaços físicos e metodologias utilizadas. Numa sociedade em que estamos sempre buscando estar com tudo sob controle, inclusive o espaço físico, esta tarefa no âmbito da inclusão deve ser vista com outros olhos. Também temos que nos ater aos perigos que os materiais utilizados podem representar para os alunos, portanto, sendo de domínio apenas do professor em sala de aula. O professor deve possibilitar a interação dessas crianças, mesmo sabendo que elas têm níveis de aprendizado diferentes. Seja no português, na matemática ou mesmo nas aulas de educação física.

O AEE - Atendimento Educacional Especializado foi uma das definições da Política Nacional de Educação Especial, onde ficou estabelecido que o aluno com

⁸ PESSOA, 2015, p.2

⁹ PESSOA, 2015, p.4.

¹⁰ PESSOA, 2015, p.6.

algum tipo de necessidade especial deve estar obrigatoriamente matriculado na rede regular de ensino e no contraturno frequentar a sala de AEE devidamente adaptada, seja para qual for a necessidade, com um profissional qualificado para junto com toda a equipe construir um plano de ensino voltado para atender a cada aluno dentro de suas limitações.

Uma das missões do AEE é para que articule com todos os profissionais envolvidos, a família do aluno e a escola regular que o mesmo frequenta, estratégias para que o aluno seja inserido no sistema de ensino, permaneça nele e se desenvolva dentro de suas possibilidades.

A gestão das escolas, na maioria dos casos, não tem ambição em receber alunos com necessidades especiais, por saber da dificuldade que existe em encontrar profissionais qualificados para trabalharem com esta demanda como estabelece a lei e como sonham as famílias dessas crianças.

Nas aulas de educação física a inclusão deve estar presente e fazer parte do cotidiano desta modalidade, pois foi-se o tempo onde utilizava-se esse conhecimento para formar indivíduos com o perfil corporal para defender o nosso país ou para buscar talentos que iriam despontar em suas modalidades esportivas e representar a nação em competições internacionais. Hoje temos de utilizar este momento das aulas de educação física também para socializar e incluir nossas crianças.

Atualmente, a análise crítica e a busca dessa nova concepção apontam a necessidade de que se considere também a dimensão social, política e afetiva, tão presentes nas pessoas, as quais se interagem e se movimentam como sujeitos sociais e como cidadãos.¹¹

Não é difícil encontrarmos nas nossas próprias relações de amizade relatos de pessoas que se sentiam excluídas das aulas de educação física da escola por serem um pouco mais gordinhas, ou mais altas do que as demais crianças da sua idade.

A diferença que pode existir entre os alunos é a forma como cada um lida com os conteúdos ministrados, ou ao fato de gostar ou não da disciplina, por não se sentir motivado a realizar tal atividade, por não se identificar, mas jamais deixar de participar por alguma restrição física, social, cultural, racial, enfim.

¹¹ SANTOS, Monica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira (orgs.). *Inclusão em Educação: Culturas, políticas e praticas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p.74.

A educação física tem como tarefa:

[...] ensinar a conviver. A vida é convivência com uma fantástica variedade de seres, humanos, velhos, adultos, crianças, das mais variadas raças, das mais variadas culturas, das mais variadas línguas, animais, plantas, estrelas... Conviver é viver bem com em meio a essa diversidade. E parte dessa diversidade são as pessoas portadoras de alguma deficiência ou diferença. Elas fazem parte do nosso mundo. Elas têm direito de estar aqui.¹²

Todo e qualquer recurso que possa trazer ganho no desenvolvimento da criança é bem-vindo e deve ser utilizado pelo profissional qualificado. Como exemplo, podemos citar psicólogos que estão utilizando a equoterapia no tratamento com crianças com algum tipo de limitação em Teresina/Piauí. A Associação Nacional de Equoterapia esclarece que a equoterapia é um método terapêutico envolvendo cavalos dentro de uma abordagem interdisciplinar, seja na saúde, seja na educação, voltado para pessoas com deficiência ou com necessidades especiais, buscando o desenvolvimento biopsicossocial deste indivíduo. Este método promove ganhos no desenvolvimento físico e psíquico. O contato e o manuseio do cavalo colaboram com a autoconfiança, a autoestima, a autonomia e a socialização de quem está se permitindo à prática.

Hoje muitas escolas dispõem de um psicólogo compondo o seu quadro de funcionários, principalmente para colaborar com o desafio da inclusão. Pais, professores e a própria direção das instituições de ensino percebem o psicólogo como o profissional com domínio sobre o que fazer e como proceder com as crianças com necessidades especiais.

Algumas características são apontadas como inerentes ao papel do psicólogo no atendimento a pessoas com necessidades especiais. Podemos citar: priorizar a ética do atendimento e o bem-estar do cliente; dominar o conhecimento teórico sobre o assunto; avaliar o período de aceitação; diferenciar a realidade da deficiência congênita da adquirida (avaliar como e quando ocorreu o episódio e como a pessoa enfrenta a realidade); monitorar os comportamentos de enfrentamento e adaptação à deficiência; avaliar a independência e a mobilidade (apoio familiar recebido e rede de apoio psicossocial); analisar as expectativas; desmistificar concepções errôneas; conhecer as políticas sociais que contemplam este público; evitar reações emocionais negativas; estar ciente das dificuldades de

¹² SANTOS, Monica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira (orgs.). *Inclusão em Educação: Culturas, políticas e práticas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p.75.

enfrentar essa realidade (como trabalhar com cegos e severamente imobilizados); considerar a severidade da deficiência, a visibilidade da deficiência, a estabilidade da deficiência; avaliar aspectos da individualidade; avaliar a tecnologia de suporte.¹³

Porém, segundo pesquisas realizadas com os profissionais de psicologia, percebeu-se que os mesmos não consideram que tenham recebido formação teórica e prática para atuarem de forma satisfatória no atendimento a pessoas com necessidades especiais. O psicólogo não se percebe preparado para atuar junto à pessoa com necessidade especial, junto com a família, nem com o grupo a qual o indivíduo pertença, que é o que espera grande parte das pessoas.

Numa pesquisa realizada em 2008 pelo Conselho Federal de Psicologia sobre as atividades desenvolvidas pelos psicólogos em programas de educação inclusiva, percebeu-se que existem práticas no atendimento em geral como entrevistas, avaliações, acolhimento, dentre outras, porém, não existem atividades voltadas para o atendimento específico desta clientela de pessoas com necessidades especiais.

Pais, professores e todos os demais profissionais envolvidos com a educação esperam que o psicólogo busque desenvolver um trabalho de interlocução, administre dinâmicas de grupo, construa espaços de convivência, trabalhando preventivamente com as possibilidades que podem vir a surgir no dia-a-dia do aluno com necessidades especiais e não que aplique testes padronizados para tentar chegar a diagnóstico preciso, dentro de um padrão clínico.

Outro profissional bastante presente e de fundamental importância no dia-a-dia da escola é o coordenador pedagógico. O papel do coordenador pedagógico dentro da instituição de ensino é bastante distorcido por grande parte das pessoas que compõem a comunidade escolar. Se um funcionário da secretaria falta ao serviço, colocam o coordenador pedagógico para substituir; se falta um professor, o coordenador assume o posto, porém, as pessoas esquecem ou não têm conhecimento de que essa não é a função do coordenador. Uma vez ele realizando a atividade de outro profissional, as atividades de competência do seu cargo deixam de ser realizadas, o que com certeza trará prejuízos para todos.

¹³CAETANO, Nadja Carolina de Sousa Pinheiro. *O impacto da formação do psicólogo para atuar com pessoas em situação de deficiência*. - São Carlos: UFSCar, 2009, p.55-56. <<http://file:///C:/Users/Cliente/Desktop/Laura/O%20Psic%C3%B3logo%20na%20Inclus%C3%A3o.pdf>>_Acesso em: 05 abr 2015.

No entanto, seu campo de atuação está diretamente ligado ao contexto das políticas públicas para a educação, às características de organização e de estruturação do sistema educacional e à rede de relações escolares. Somente a partir da articulação dessas instâncias é que o CP poderá definir o campo de forças com o qual irá construir seu espaço de atuação.¹⁴

Esperamos muito da atuação do coordenador pedagógico em situações imediatistas, como substituir um funcionário que está ausente, porém, a função dele é pedagógica, de ser um mediador em colaboração com os professores para traçar teorias e práticas de como melhorar o ensino naquela instituição, inclusive no que se refere à inclusão de crianças com necessidades especiais. A proximidade no trabalho com os professores não permitirá que a hierarquia seja um obstáculo no objetivo maior que é melhorar a qualidade no ensino.

E sempre em busca de uma melhor qualidade no ensino é que os profissionais da educação, e em particular os professores, devem trabalhar temas como: ética, meio ambiente e inclusão, dentre outros de forma transversal e interdisciplinar. Traçando projetos, onde devem ser bem delimitados o tema, o público alvo, os objetivos a serem alcançados, a definição do cenário, levantando os aspectos, sociais, econômicos, ecológicos, políticos, culturais, éticos e legais dessa situação que está sendo vivenciada. Só assim será possível construir um plano de ação capaz de mudar essa realidade.

Professores, psicólogos, coordenadores pedagógicos, dentre os demais membros que direcionam a educação, seja de instituição pública ou privada, são os responsáveis pela gestão educacional inclusiva na escola.

¹⁴ SANTOS, Monica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira (orgs.). *Inclusão em Educação: Culturas, políticas e práticas*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.p.100.

2 BREVE HISTÓRICO SOBRE A INCLUSÃO

Inicialmente a educação era vista como sendo um privilégio de apenas um grupo de pessoas que tinham posses e conseqüentemente condições de custeá-la. Porém, com o passar dos anos, as mudanças que ocorreram na sociedade ocasionaram a universalização da educação. Mesmo tornando este direito democrático, a educação ainda não conseguia chegar aos indivíduos que fugiam um pouco dos padrões da normalidade caracterizada pelo sistema de ensino. As escolas não eram preparadas, como muitas ainda não são para atender alunos com algum tipo de necessidade especial, fosse ela física ou intelectual.

A escola como dispositivo com a responsabilidade de transmitir conhecimento, valores, tem como uma de suas atribuições também conscientizar pais e familiares de crianças consideradas especiais da importância de permitir que as crianças frequentem a escola e interajam com outras crianças, já que não é difícil encontrarmos, principalmente em cidades distantes e pouco assistidas pelo poder público, famílias que escondem literalmente seus membros que se encontram fora do padrão do que é considerado “normal”. Alguns chegam a construir, no fundo do quintal de suas casas, dependências onde essas pessoas fazem suas refeições e higiene pessoal, mantendo contato apenas com os membros da família.

Em nosso cotidiano temos ouvido falar muito em necessidades especiais, seja numa conversa informal entre amigos e vizinhos, seja na mídia escrita e/ou falada, seja nas discussões com estudiosos. E é comum ouvirmos que crianças com necessidades educacionais especiais não são crianças “normais”. Mas o que são crianças “normais”? Quem são essas crianças “normais”? As crianças que têm cinco dedinhos em cada uma das mãos, as que têm facilidades em estabelecer laços de amizade, as que aprendem o português, a matemática no primeiro contato que têm com essas disciplinas, as que não sofrem *bullying* na escola? Quem são essas crianças?

Em uma das produções de Rubem Alves, *O Enigma da Religião*, o autor coloca que segundo Freud, “normal é a pessoa que sabe que a imaginação é ilusão e que, portanto voluntariamente a reprime (já que não é possível eliminá-la) e que se ajusta à lógica do princípio da realidade”¹⁵.

¹⁵ ALVES, Rubem. *O enigma da religião*. Campinas: Papyrus, 2007. p. 43-44.

Segundo o dicionário Aurélio: normal é 1. Conforme à norma. 2. Habitual. 3. Diz se do ensino para formação de professores primários¹⁶. Uma revista de grande circulação em território nacional trouxe como matéria de capa do exemplar a discussão em que alguns psicólogos criaram o termo “normose” para tentar esclarecer um pouco sobre essa discussão sobre a normalidade.

A doença de ser normal chama-se, segundo eles, normose: um conjunto de hábitos considerados normais pelo consenso social que, na realidade, são patogênicos em graus distintos e nos levam à infelicidade, à doença e à perda de sentido na vida.¹⁷

Podemos perceber com os diversos pontos de vista anunciados anteriormente que estabelecer um conceito do que vem a ser “normal” não é uma tarefa simples, homogênea e que por vezes até mesmo injusta. Então como avaliar se uma criança inserida em nosso sistema de ensino é “normal” ou especial necessitando de um atendimento diferenciado, quem e como será realizado este acompanhamento?

Vivemos em uma sociedade com crianças gordinhas, magrinhas, baixinhas, altinhas, que pouco escutam ou nada escutam, que pouco enxergam ou nada enxergam, que não andam com suas próprias pernas, mas que correm a passos largos atrás do que almejam. Pessoas que formam famílias e realizam sonhos nunca imagináveis.

Com a crescente demanda por um serviço que abrangesse esse público foram criados mecanismos legais que regulamentassem e instituíssem esse serviço que surgiu para somar com a educação comum. A educação especial organizou-se tradicionalmente como atendimento educacional especializado, com isso surgira diversas instituições que ofereciam este serviço diferenciado.

Essas divisões de quais alunos iriam frequentar a escola com educação comum ou especial estava baseado no conceito de normalidade x anormalidade, que por sua vez seguia os padrões médicos terapêuticos vigentes.

Ao longo da história muitos foram as balizas na evolução da educação para portadores de necessidades educacionais especiais e podemos citar alguns dos

¹⁶ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio Século XXI Escolar*. O minidicionário da língua portuguesa. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.p.488.

¹⁷ BERGIER, Carolina. *A doença é ser normal*. ed. 320, 2013, p. 76. <<http://super.abril.com.br/saude/doenca-ser-normal-755983.shtml>> Acesso em:18 jan 2015

grandes avanços dentre muitos nesta longa e difícil caminhada, mas também de um longo percurso que ainda há de ser trilhado.

Em junho de 1994, representantes de noventa e dois países e vinte e cinco organizações internacionais se reuniram em Salamanca/Espanha, na Conferência Mundial sobre as Necessidades Educativas Especiais, reafirmando o compromisso com a educação para todos e instituindo um documento que balizaria as ações na área das necessidades educacionais especiais, de modo a guiar os governos e as organizações com o propósito de alcançar uma educação igualitária a todos. Este documento ficou conhecido como Declaração de Salamanca e trata de princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.

O foco principal dessa reunião foi a inclusão de crianças, adolescentes e idosos com necessidades educacionais especiais no ensino regular das escolas.

As orientações e sugestões para ações em nível nacional foram organizadas nos seguintes subitens: Política e Organização, Fatores Relativos à Escola, Recrutamento e Treinamento de Educadores, Serviços Externos de Apoio, Áreas Prioritárias, Perspectivas Comunitárias, Requerimentos Relativos a Recursos. Alguns dos princípios que nortearam o conjunto de recomendações e propostas foram:

Independente das diferenças individuais, a educação é direito de todos; Toda criança que possui dificuldade de aprendizagem pode ser considerada com necessidades educativas especiais; A escola deve adaptar-se às especificidades dos alunos, e não os alunos as especificidades da escola; O ensino deve ser diversificado e realizado num espaço comum a todas as crianças.¹⁸

A LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece em seu Artigo 58:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.¹⁹

No Artigo 59 dentre o que é previsto estão garantidos aos alunos currículos, métodos, técnicas, recursos educativos, organização específicos, profissionais qualificados para atendê-los de acordo com as suas necessidades. Além de prepará-los para um futuro ingresso no mercado de trabalho de acordo com suas

¹⁸ UNESCO. *Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*, p.4.

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 23 dez. 2013

¹⁹ SILVA, Ezequiel Sales. *Nova LDB comentada: atualizada com questões de concursos*, 8ª ed. _ São Paulo: Visão Global Editora / Arte Editorial, 2013, p.77.

possibilidades, garantindo seu ingresso em programas sociais suplementares com iguais direitos que os ditos “normais”.

Outro marco de grande importância na busca pela igualdade foi a Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, que estabelece em seu Artigo 205 o seguinte:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.²⁰

Deixa claro que todos os cidadãos, independente de qual seja a sua limitação, devem ter acesso à educação e que todos devem unir esforços para que isto ocorra da melhor maneira possível.

Na Constituição fica estabelecido que todos têm o direito ao acesso e permanência na escola com igualdade de condições e que é dever do Estado garantir que os cidadãos portadores de deficiência tenham atendimento educacional especializado de preferência na rede regular de ensino. É de responsabilidade do Estado, financiar todas as adaptações arquitetônicas que se fizerem necessárias, capacitação dos profissionais envolvidos, além de material pedagógico adequado para atender a este público.

A Secretaria de Educação Especial do MEC - SEESP criou em 1993 a Política Nacional de Educação Especial, que estimulou um crescimento de 25% no número de alunos com necessidades educativas diferenciadas nas escolas para os anos seguintes. Em 1997, a educação especial passou a integrar o Programa de Desenvolvimento do Ensino Fundamental. A intenção é criar um conjunto de políticas públicas que permitam a inclusão escolar das pessoas com deficiência.²¹

Demonstra a preocupação e o empenho do governo em tornar a inclusão de crianças especiais nas escolas de ensino regular uma realidade.

2.1 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)

²⁰ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: 2013, p. 60.

²¹ SENAC. DN. *Pessoas com deficiência : educação e trabalho*. Rio de Janeiro: SENAC/DEP/CEAD, 2006.p.18(Documentos Técnicos).

Apesar de vários terem sido os limites de evolução na busca por uma inclusão, ao que se percebe é que de fato este movimento criou um forte impulso quando foi determinado que não seria mais permitida a fundação de novas APAES - Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, instituição esta pioneira nas atividades a que se propõe. Fundada em 11 de dezembro de 1954 no Rio de Janeiro, foi trazida dos Estados Unidos por Beatrice Bemis. Militante desta causa participou da fundação de várias associações de pais e amigos dos excepcionais e mãe de uma excepcional.

As primeiras APAEs fundadas no País foram no Rio de Janeiro RJ (1954), Brusque SC (1955) e Volta Redonda RJ (1956), mas logo se expandiram por todo o país e atendem a um grande contingente de pais, amigos e excepcionais. No quadro abaixo podemos perceber as primeiras associações fundadas por Estado:

Tabela 1 - As primeiras APAE's fundadas em cada Estado e data de fundação

Estado	Cidade	Data Fundação
Acre	Rio Branco	31/07/1981
Alagoas	Maceió	20/08/1964
Amazonas	Manaus	04/05/1973
Amapá	Macapá	27/09/1966
Bahia	Salvador	03/10/1968
Ceará	Fortaleza	28/08/1965
Distrito Federal	Brasília	22/08/1965
Espírito Santo	Vitória	27/05/1965
Goiás	Goiânia	15/05/1969
Maranhão	São Luís	10/03/1971
Minas Gerais	São Lourenço	01/06/1956
Mato Grosso do Sul	Campo Grande	10/06/1967
Mato Grosso	Cuiabá	06/10/1967
Pará	Belém	30/11/1962
Paraíba	João Pessoa	23/03/1957
Pernambuco	Recife	27/10/1961
Piauí	Teresina	04/06/1968
Paraná	Curitiba	06/10/1962
Rio Grande do Norte	Natal	31/10/1959
Rondônia	Vilhena	12/02/1981
Rio Grande do Sul	São Leopoldo	07/08/1961

Sergipe	Aracaju	27/08/1967
São Paulo	Jundiá	07/08/1957
Tocantins	Araguaína	22/01/1986

Fonte: Fundação Nacional das Apaes (2008)²²

Os colaboradores das APAEs, pais, amigos e alunos estão preocupados com um projeto de lei de 2010, que prevê que a partir de 2016 as matrículas dos alunos com necessidades especiais deverão ser realizadas obrigatoriamente na rede regular de ensino e não mais em caráter preferencial como consta no texto original. Desta forma as APAEs não serão mais consideradas educação básica e passarão a ser educação complementar. Passando assim a receber menos recursos do Governo Federal, o que acarretaria na inevitável demissão de funcionários e fechamento de algumas instituições. Para muitos, principalmente no interior do país, a APAE é o único dispositivo que acolhe e de certa forma acompanha pessoas com necessidades especiais.

Antes, o discurso era pela inclusão, pela assistência especializada para crianças especiais. Agora, infelizmente, o governo quer transferir a responsabilidade da educação especial para os Estados e municípios, pois o fato de encaminhar as crianças com necessidades especiais para a escola convencional significa redução do repasse de verbas para as APAEs. A partir de 2016, como prevê o texto, haverá um congelamento de matrículas nas APAE's para fins do cálculo para o repasse do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica). Isso acarretará na demissão de funcionários e no inevitável fechamento de muitas APAES em todo o país.²³

Para alguns, os defensores das APAEs não estão preocupados em se adequarem à política nacional de inclusão, mas sim em manter a situação confortável em que se encontram. Afinal, existe um interesse financeiro por trás desse empenho.

Inserção de todos, sem distinção de condições linguísticas, sensoriais, cognitivas, emocionais e técnicas, socioeconômicas ou outras e requer sistemas educacionais planejadas e organizadas que deem conta da diversidade dos alunos e ofereçam respostas adequadas as suas características e necessidades.²⁴

²² APAES, Federação Nacional das. *Um Pouco da História do Movimento das Apaes*, p.2-3. <<http://www.apaebrasil.org.br/arquivo/12468>> Acesso em: 23 mar 2015.

²³ AMORIM, Luiz Carlos. *A verdade sobre o fechamento de APAES*. <<http://www.prosapoesiaecia.xpg.com.br>> Acesso 15 fev 2015

²⁴ Brasil (1999). *Adaptações Curriculares*. Brasília: MEC / SEF / SEESP. p.17

Não podemos nos esquecer de que o nosso atual sistema de ensino contém sérias dificuldades no atendimento às crianças ditas “normais”. Dentre as inúmeras dificuldades podemos citar o número de vagas insuficientes para atender à demanda crescente de crianças necessitando de educação, entra ano e sai ano e nos deparamos com mães dormindo na porta das escolas para conseguirem uma vaga para que seu filho não fique sem estudar. Além da estrutura física desapropriada, material didático insuficiente e por vezes defasado, qualificação dos profissionais, merenda escolar, profissionais mal remunerados, enfim. Imaginemos então quanto ao atendimento de crianças com necessidades especiais, que inúmeras são as possibilidades necessárias para que o objetivo educacional seja alcançado com êxito. Não se trata apenas de determinar o fechamento das APAEs, mas sim como primeiro passo estruturar as instituições de ensino que receberão essas crianças.

Por tudo isso, afirmo ainda não ser o momento de fecharmos as portas das APAEs, ou melhor, mudar o seu papel, antes das escolas de ensino regular terem totais condições de substituir o papel que as APAEs assumem na atualidade promovendo a inclusão social. Também não acredito que em 4 anos podemos mudar esse cenário. Acredito ser o momento, sim, para levar a discussão para a sociedade, pais, parentes e amigos dos especiais e se discutir os passos que deverão ser dados para se atingir, em um futuro não tão distante, os objetivos que se busca.²⁵

Fazendo um paralelo com a Reforma Psiquiátrica, contrariando alguns que ambicionavam que os hospitais psiquiátricos fossem fechados, foram feitas adaptações nos mesmos, onde os pacientes, antes internos, passam o dia no hospital cercados de atividades cuidadosamente planejadas por uma equipe multiprofissional e ao final do dia retornam para suas residências, pois o compartilhar da dinâmica família é um fator determinante na melhora do quadro do paciente. Quanto à reformulação do papel dos hospitais psiquiátricos na atual política de saúde mental muito já foi feito, mas assim como a inclusão de alunos com necessidades especiais na educação ainda há muito que ser feito.

2.2 Educação Especial - Educação Inclusiva

Neste espaço buscaremos desvelar o que vem a ser a educação especial e a educação inclusiva. A educação especial é uma modalidade educacional que busca

²⁵<<http://emerson-marinho.blogspot.com.br/2013/09/o-fechamento-das-apaes-e-as-verdades.html#.VPS6qipcU8Q>> Acesso em: 15 fev 2015

desenvolver as potencialidades dos alunos com necessidades especiais, abrangendo a todas as etapas do sistema de ensino, utilizando para isso teorias e práticas voltadas para a peculiaridade de cada aluno. A classe especial deve estar em atividade de preferência na educação infantil e no ensino fundamental e estar organizada de forma a colaborar com o processo de ensino e aprendizagem do aluno especial.

A educação inclusiva é aquela em que crianças especiais e as ditas “normais” aprendem juntas trocando experiências, mesmo tendo objetivos diferentes. Uma educação de todos para todos. Essa troca é importante para que de fato aconteça uma educação de qualidade.

Existem algumas características a serem observadas e analisadas para sabermos se de fato nossa sociedade está incluindo esses cidadãos. Por exemplo, a criança com necessidades especiais tem o direito a frequentar uma escola próxima de sua residência. Deve ser crescente o número de vagas na rede regular de ensino para alunos com necessidades especiais. Os professores da classe regular devem receber suporte teórico e prático para saber como trabalhar com essas crianças de forma que de fato elas se desenvolvam. O educador deve ser criativo para elaborar o material ideal para cada necessidade de aprendizagem. O professor da classe da rede regular também deve ter um diálogo bastante próximo com o professor da classe especial, a que falaremos logo mais a frente. Somente desta forma coligada, os dois falando a mesma língua, alcançaremos resultados mais afortunados. O educador jamais deve olhar o processo de desenvolvimento como algo uniforme, homogêneo e querer aplicá-lo a todas as crianças. Cada criança tem o seu próprio ritmo, suas possibilidades, seus talentos e suas aspirações.

É impossível não se entusiasmar com a discussão sobre as mudanças que as escolas devem passar para melhor atender às particularidades de cada aluno. No passado, algumas características de crianças que não eram consideradas uma deficiência, mas apenas uma imposição da época, já traziam grande sofrimento, como, por exemplo, o aluno canhoto que era obrigado a aprender a escrever com a mão direita, porque alguns consideravam que aquela deveria ser a mão certa a ser utilizada na escrita. O aluno que tivesse aptidões que fugissem daquele padrão era considerado como algo negativo. Essa prática era muito comum no período do regime militar, segundo relatos de populares que viveram nesta época. Imaginemos uma criança cega, surda ou que tenha nascido com alguma deficiência física.

Em nossos dias atuais infelizmente não é difícil encontrarmos professores tendo que trabalhar com turmas da rede regular de ensino com alunos com necessidades especiais sem o acompanhamento de um professor especializado em educação especial, ignorando as necessidades específicas de cada criança.

De acordo com o novo norte da educação especial, as pessoas portadoras de deficiência (física, mental, intelectual ou sensorial), transtornos globais do desenvolvimento (síndrome de Asperger, síndrome de Rett, autismo, por exemplo), assim como altas habilidades/superdotação devem ser matriculadas, concomitantemente, no ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), previsto no art. 208, III, da Constituição Federal de 1988.²⁶

Um dos avanços da educação inclusiva no Brasil foi a criação das salas de AEE. A criança com alguma necessidade especial para frequentar a sala de AEE deve estar devidamente matriculada na rede regular de ensino e frequentar a sala de aula em todas as suas atividades. No turno oposto ela deve ser integrada à sala multifuncional de AEE, onde receberá um acompanhamento específico para trabalhar suas limitações, estimulando sua aprendizagem. O espaço deve ser totalmente adaptado para atender a qualquer tipo de limitação, com portas largas, corrimão, rampas, dentre outras aplicações, além de profissionais qualificados e material didático que os atenda de forma produtiva e satisfatória.

O AEE consiste no conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar ao ensino regular, mas nunca substitutiva (art. 1º, § 1º, do Decreto nº 6.571/2008).²⁷

O AEE deve ser ofertado na mesma escola em que o aluno estiver matriculado ou em instituições de ensino parceiras, comunitárias ou até filantrópicas, devendo ser preferencialmente na rede regular nos termos do art. 208, inciso III, da Constituição Federal.

Os professores da rede regular devem trocar informações constantemente com os professores da sala de AEE em prol do melhor acompanhamento possível

²⁶ SILVA, Fabiana Maria Lobo da. *O direito à educação especial inclusiva*. p.2.

<<http://jus.com.br/artigos/18354/o-direito-a-educacao-especial-inclusiva>.> Acesso em 13 fev 2015

²⁷ PARAÍBA. Ministério Público do Estado da. *Manual de atuação da Educação*. João Pessoa: MPPB/PGJ, CEAF, 2011, p.51.

<http://www.mprs.mp.br/areas/infancia/arquivos/manual_educacao_paraiba.pdf.> Acesso em:13 fev.2015

dos alunos. Os alunos surdos têm o direito a um tradutor em Libras para realizar a tradução simultânea dos assuntos ministrados.

O AEE tem como matérias específicas o ensino da linguagem em braile para os alunos com deficiência visual e de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais para os alunos com deficiência auditiva dentre outras.

2.3 Adequações Arquitetônicas

Dentre as muitas adequações que as escolas de ensino regular precisam realizar para estarem aptas a atender de forma satisfatória crianças com necessidades especiais, as mudanças na estrutura física dessas instituições com certeza são uma das mais latentes. Não só para atender a esse público especial, mas também a profissionais que trabalham na instituição e alunos que, por ventura, engravidem ou mesmo sofram um acidente que lhes traga uma deficiência temporária que não os impeça de trabalhar, mas que lhes traga limitações.

A Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência orienta que:

O decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.²⁸

Fica estabelecido também que:

No seu artigo 24, determina que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade público e privado, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.²⁹

Fica estabelecido também que devem o quanto antes ser realizadas as adaptações arquitetônicas de comunicação como sinais luminosos, sonoros, piso tátil, placas de sinalização em Braille, rampas, fonte ampliada, corrimão, LIBRAS,

²⁸ Acessibilidade na Educação Superior. Programa Incluir. Documento Orientador. SECADI/SESU, 2013, p.7.

<[http://www.file:///C:/Users/Cliente/Downloads/documento_orientador_programa_incluir%20\(1\).pdf](http://www.file:///C:/Users/Cliente/Downloads/documento_orientador_programa_incluir%20(1).pdf)>
Acesso em:13 fev 2015

²⁹ SECADI/SESU, 2013, p.7.

áudio descrição, legendas e símbolos pictográficos atendendo à necessidade de todos em todos os espaços de convivência pública.

Seguindo às orientações da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas todas as repartições públicas como hospitais, supermercados, bancos, restaurantes, escolas, casas de shows, padarias, centros de lazer dentre outros devem inserir travessias elevadas com acessibilidade nas vias públicas e acesso a esses estabelecimentos.

Existem obras realizadas após o estabelecimento deste decreto que não seguem as orientações de acessibilidade já estabelecidas como a instalação de campainha luminosa, porteiro eletrônico com áudio e vídeo e estabelecer uma comodidade para que construções mais antigas adquiram os equipamentos solicitados.

As novas construções ou reformas que não atenderem às novas determinações quanto à acessibilidade não conseguiram o alvará de funcionamento ou a sua renovação. Sem o alvará em dia, o cidadão terá sérias complicações para dar continuidade às suas atividades como fechar contratos, emitir notas fiscais, enfim. Esta é uma das exigências da lei de acessibilidade que percebemos ser cumprida com maior frequência e rigor. Proprietários de construções alicerçadas antes da promulgação da lei estão tendo sérias dificuldades em adaptar suas estruturas ao ideal solicitado, principalmente por uma questão financeira e de espaço físico, já que hoje as construções são realizadas umas muito próximas das outras.

No que se refere às instituições de ensino é estabelecido:

A acessibilidade arquitetônica também deve ser garantida em todos os ambientes, a fim de que estudantes e demais membros da comunidade acadêmica e da sociedade em geral tenham o direito de ir e vir com segurança e autonomia, de acordo com o disposto no Decreto nº 5.296/2004. O cumprimento da norma de acessibilidade, neste caso, independe da matrícula de estudante com deficiência na IES.³⁰

Fica assegurada a acessibilidade arquitetônica em qualquer grau de formação em que o aluno esteja inserido.

³⁰ SECADI/SESU, 2013, p.12.

2.4 Tipos de Exclusão

Estamos discutindo com maior destaque a necessidade da inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas da rede regular de ensino, mas é importante pontuarmos que existem diversas formas de exclusão social, como podemos perceber no quadro abaixo.

Segundo Alfredo Bruto da Costa, existem cinco ordens de exclusão social: econômica, social, cultural, patológica e comportamentos auto-destrutivos.

Tabela 2 – Tipos de exclusão social

Exclusão Social de ordem econômica	Exclusão social caracterizada pelas más condições de vida, com baixos níveis de instrução e qualificação profissional, e pelo emprego precário [ou desemprego]. Trata-se da pobreza.
Exclusão Social de ordem social	Exclusão ao nível dos laços sociais. Privação de relacionamento, caracterizada pelo isolamento. Pode-se dar como exemplos, os idosos e pessoas com deficiências motoras e/ou psicológicas. Este tipo de exclusão pode ser consequência de modos de vida familiar e nada tem a ver com a pobreza, a menos que esteja também vinculada ao aspecto econômico.
Exclusão Social de ordem cultural	Tipo de exclusão relacionado com fatores culturais, em fenómenos como o racismo, a xenofobia, dificuldade de integração social de minorias étnicas.
Exclusão social de ordem patológica	Situações de origem patológica do indivíduo, de natureza psicológica ou mental, podendo, neste caso, ser causa de ruptura familiar. Exemplo: doentes psiquiátricos.
Exclusão Social por comportamentos auto-destrutivos	Exclusão relacionada com os grupos de indivíduos que por uma ou outra razão se colocaram numa situação prejudicial para eles. Comportamentos relacionados com o alcoolismo, a prostituição, a droga, entre outros, o que gera a exclusão desses indivíduos. Geralmente tem origem na pobreza. ³¹

Fonte: COSTA (2015).

³¹ COSTA, Alfredo Bruto da. *Os tipos de exclusão social*. 2011. <<http://contrapobreza.blogspot.com.br/2011/08/os-tipos-de-exclusao-social.html>> Acesso em: 13 fev 2015

3 TESTES E AVALIAÇÕES

Em nossa sociedade em todos os grupos com que convivemos ou que buscamos conviver estamos constantemente sendo avaliados, seja essa avaliação formal ou informalmente, para sermos ou não incorporados àquele grupo. Este processo avaliativo ocorre seja na infância ou na terceira idade, pois estamos constantemente sendo avaliados durante todo o nosso ciclo de vida. Para iniciarmos a vida acadêmica em uma escola passamos por um processo de seleção, ao pleitearmos uma vaga de emprego, quando os homens vão se alistar no serviço militar, quando vamos participar de uma competição esportiva, enfim, estamos cercados de testes padronizados para medir se estamos aptos ou não a exercer uma determinada atividade.

Em nossas instituições de ensino essa história não é diferente, pelo contrário é mais latente, porém, a grande preocupação dos responsáveis pela gestão educacional não é em uma educação como um direito do cidadão e como uma condição para uma melhor qualidade de vida, mas sim como uma condição para o desenvolvimento econômico do país.

A partir da década de 30, com a criação do INEP - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, são desenvolvidas pesquisas em educação de forma sistemática. Movimento este que já havia tido início nos Estados Unidos nas duas décadas anteriores e que influenciou diretamente o caráter psicopedagógico das avaliações no Brasil. Quantificação, neutralidade e objetividade é o objetivo das avaliações até a década de 60.

Já na década de 60, levando em consideração o panorama político e social, o fator econômico ganha grande destaque quanto aos estudos realizados. A educação vista como grande investimento de recursos na formação de mão de obra qualificada, mas ainda ineficaz em atender às necessidades da população. O planejamento educacional passa a ser visto como a chave para investimento de recursos que venham a trazer resultados satisfatórios sem desperdícios, atendendo à necessidade dos empresários.

No final dos anos 80 ocorre a primeira iniciativa de avaliação de aprendizagem organizada pelo MEC a nível nacional, a partir de 1991, o SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. O sistema foi criado com o objetivo de detectar as deficiências do processo de ensino-aprendizagem, o que

precisa ser melhorado e onde precisam ser feitas intervenções para melhorar a qualidade do ensino no Brasil.

Podemos citar alguns dos motivos para se fazer uso dos sistemas de avaliação na gestão de uma educação mais promissora, como a possibilidade de compreender e intervir na realidade educacional, a necessidade de controle de resultados pelo Estado, o estabelecimento de parâmetros para comparação e classificação das escolas e a possibilidade de controle público do desempenho do sistema escolar.

Em uma instituição de ensino diretores, professores, educadores físicos, psicólogos e pedagogos estão constantemente realizando testes para avaliar que conhecimento ficou retido, o que precisa ser melhor explorado, estabelecer metas a serem alcançadas e o que será feito para que o desfecho deste processo seja satisfatório.

Segundo Ysseldyke:

Um teste pode ser considerado um conjunto de tarefas ou questões concebidas para determinar tipos particulares de comportamentos quando apresentados sob condições padronizadas e para fornecer escores que possuam as propriedades psicométricas convenientes". TESTAR, portanto, significa expor uma pessoa a um conjunto específico de questões com o intuito de obter um escore. Tal escore é o produto final do teste.³²

É comum ouvirmos erroneamente pessoas descrevendo avaliação e testes como sendo um único processo, como sendo a mesma "coisa". A avaliação é realizada reunindo uma série de informação dentre elas os resultados alcançados com a aplicação de testes. Porém, na avaliação também se leva em consideração o ambiente em que este indivíduo está inserido, que mudanças aconteceram recentemente dentro da sua realidade, a personalidade e a historicidade deste indivíduo, o estado atual de saúde física e emocional, dentro outros questionamentos para daí sim vir a tentar estabelecer um resultado.

Por exemplo, um aluno que é extremamente participativo, aplicado, disciplinado, alcança excelentes resultados nas avaliações objetivas das mais variadas disciplinas e no decorrer do ano letivo as notas de 80% das disciplinas despencam; não podemos levar em consideração apenas os dados quantitativos alcançados nas provas para avaliarmos se estamos lidando com um bom ou mau aluno. O dever de TODOS que fazem parte diretamente do processo educacional do

³² YSSELDYKE, Salvia. *Avaliação em Educação Especial e Corretiva*. São Paulo: Manole, 1991. p.4.

aluno é buscar saber o que mudou na realidade deste aluno que está influenciando negativamente diretamente no desenvolvimento educacional do mesmo e o que pode ser feito para contornar esta situação. Não é difícil encontrarmos relatos de professores com excelentes alunos que, ao entrarem na adolescência e conseqüentemente iniciarem a vida amorosa e/ou sexual, deixam os estudos para um segundo plano ou mesmo crianças que estejam em meio a um processo de divórcio dos pais que não estaria acontecendo de forma amigável. Todas as variáveis envolvidas devem ser consideradas durante o processo de avaliação para que não tenhamos conclusões precipitadas e conseqüentemente venhamos a intervir de forma equivocada.

“A avaliação é o processo de coletar dados com o objetivo de especificar e verificar problemas e tomar decisões sobre os alunos.”³³ Podemos dizer que existem geralmente cinco tipos de tomadas de decisão. São elas: encaminhamento, triagem, classificação, planejamento educacional e avaliação do progresso do aluno.

A decisão de **encaminhar** o aluno para algum outro profissional, que pode ser tanto um profissional da instituição de ensino como um profissional de outras especialidades que não atendidas na escola, como psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, pode ser realizado por qualquer pessoa, porém, geralmente é o professor que o faz em grande parte dos casos por ser a pessoa que mais convive com a criança e percebe, por exemplo, que a criança não está enxergando como deveria por não conseguir tirar a lição do quadro. A criança encaminhada ao psicólogo por perturbar todo o funcionamento de uma turma chama a atenção do professor para um desvio comportamental, necessitando assim de um acompanhamento mais de perto pelo profissional competente.

A decisão de **triagem** é essencialmente administrativa. Isso porque desejamos identificar alunos que estejam com um desenvolvimento, fora do padrão de desenvolvimento das crianças de mesma faixa etária. São aplicados testes de inteligência para avaliar quem está com déficit ou com um desenvolvimento além do esperado. Como as crianças têm contato com diversos professores com pontos de vista diferentes, a seleção realizada por eles poderia conter falhas mais significativas. Com a aplicação dos testes de inteligência é uma forma de padronizar os resultados dessas informações.

³³ YSSELDYKE, 1991. p. 5.

A **triagem** é o primeiro passo quando falamos em selecionar indivíduos fora dos padrões. No decorrer do processo podemos incorporar alunos antes considerados “problema” aos demais alunos, enquanto que outros considerados dentro do padrão passam a necessitar de um acompanhamento especializado.

A decisão de **classificação** geralmente ocorre estabelecendo o grau de necessidade que aquele aluno possui. Na maioria dos casos amparados por laudo médico, onde neste contém a limitação do aluno e onde a escola vai atuar de forma a construir e/ou recuperar aquela função até então prejudicada. Quando falamos em necessidades especiais, estamos falando de serviços co-financiados pelos governos municipal, estadual e federal. Serviços de um custo mais elevado e, portanto, controlado pelas esferas governamentais com o intuito de que o serviço de fato chegue a quem dele necessita de forma adequada.

Todo um padrão de classificação através dos resultados dos testes e observações sistemáticas para avaliar o grau de comprometimento do aluno deve ser seguido para que não sejam colocadas impressões subjetivas dos professores e/ou avaliadores e para proteger os alunos de resultados desajustados.

A decisão de **planejamento educacional** é realizada levando em consideração as informações obtidas na avaliação. São construídas estratégias seja individual ou em grupo, seja em uma sala convencional ou em uma sala especial o atendimento para buscar suprir a necessidade do aluno com algum tipo de necessidade especial.

E finalmente as decisões sobre **o progresso do aluno**, onde são avaliados se os objetivos do aluno foram alcançados trazendo progresso ao desenvolvimento do mesmo. Também traz dados para os professores sobre as estratégias por eles traçadas, se as mesmas devem ser mantidas ou merecem reformulações. “A avaliação do progresso do aluno está intimamente relacionada ao programa particular em que o estudante esta envolvido. É absolutamente essencial que o conteúdo da avaliação seja exatamente igual ao programa escolar.”³⁴

É importante estabelecermos a diferença entre aquisição e rendimento, onde a aquisição se refere a todo conhecimento novo adquirido nos mais diversos lugares, e rendimento como sendo o que foi aprendido como resultado do conteúdo programático implementado pela escola.

³⁴ YSSELDYKE, 1991. p. 5.

Hoffmann alerta que:

Qualquer pessoa, sejam crianças, jovens ou adultos, aprende sempre, a cada minuto de sua vida. Aprender é como respirar. Cada suspiro ou nova vivência representa sempre novas aprendizagens (sentimentos, percebemos, pensamentos sobre nós mesmos, sobre as coisas da vida de outra forma). É previsível e humano que novos saberes venham a ser adquiridos por qualquer um de nós enquanto vivermos, não importa a idade, etnia, classe social, grau de deficiência física ou mental.³⁵

Com o surgimento das escolas veio então à necessidade de estabelecer pré-requisitos para afirmar se um conhecimento foi ou não aprendido por quem está frequentando a escola. Requisitos estes que podem e devem ser questionados, pois desde o princípio da vida escolar, a criança se preocupa com a possibilidade de “fracasso” que irá lhe acompanhar por toda a sua vida, trazendo consequências severas, como por exemplo, a necessidade de se sentir capaz de enfrentar os desafios que surgirão por toda a sua vida.

A escola ao afirmar que o aluno “não aprendeu” um determinado assunto, está fazendo isso baseado em conteúdos programáticos, padronizados de forma linear. Tentativas e erros são necessários para que de fato se alcance o aprendizado sobre determinado assunto. Admitindo a ideia de que convivemos com indivíduos com possibilidades diferentes e que todos são capazes de aprender, é que conseguiremos reaver a nossa metodologia de trabalho, os conteúdos ministrados e as formas de avaliar sem tantas resistências.

A avaliação da aprendizagem consubstancia-se no contexto próprio da diversidade. É angustiante saber que milhares de crianças e jovens têm o seu percurso obstaculizado nas escolas porque se deixou de conhecê-los em seus jeitos de viver e de aprender.³⁶

O papel do educador está em incentivar a percepção, a atuação, o pensar, o sentir diferente de cada um, como um ser único que são. O educador ao avaliar o aprendizado da criança deve fazê-lo como um todo. Por exemplo, um aluno que ao ser avaliado no final de um ano de atividades percebe-se que ele não terminou o ano sabendo todo o alfabeto, como é o esperado para a sua série, mas demonstra aprendizado em outras áreas que o mesmo não dominava como ir ao banheiro, se vestir, comer sozinha, interagir com outras crianças, conseguir seguir as regras do

³⁵ HOFFMAN, Jussara. *Avaliar – respeitar primeiro avaliar depois*. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. p.77.

³⁶ HOFFMAN, 2012. p.80.

grupo, enfim não podemos dizer que esta criança não alcançou um ganho significativo.

3.1 Ética no Processo de Inclusão

Em nossos dias atuais a cada momento surgem novas incertezas e possibilidades, o que nos deixa com uma difícil tarefa de estabelecer o que vem a ser ético ou não. Nos últimos anos nos deparamos com grandes e devastadoras manifestações da natureza, vulcões que a anos estavam adormecidos despertaram e fizeram grandes estragos, o mar também nos deu poderosas demonstrações de sua força, conhecemos então os tsunamis, terremotos nunca em lugares antes vistos, chuvas de granizo com pedras de um tamanho significativo capaz de um grande poder de destruição. Em muitas dessas manifestações da natureza tivemos como saldo negativo não apenas a perda de bens materiais, mas principalmente a perda de vidas.

Todas as alterações climáticas e demais alterações dos bens naturais são grande parte de responsabilidade dos seres humanos que não estão sabendo fazer uso dos recursos de forma responsável, pensando também no amanhã e não apenas no dia de hoje. Grandes civilizações do passado foram dizimadas tendo fenômenos da natureza como causa, de acordo com alguns estudos. Em tempos em que não havia poluição como a que temos hoje, não havia qualquer tipo de processo industrial ou desenvolvimento tecnológico, apenas o habitat natural de seres ditos como irracionais. Imaginem nos dias de hoje onde existem tantas formas de degradação da natureza.

Como dizer que um ser humano é ético se ele mesmo destrói o seu planeta, a sua casa e é capaz de gerar todos esses malefícios para a sociedade em que vive. A racionalização do ser humano lhe trouxe muitos benefícios tecnológicos, de comunicação, de informação, de lazer, de prazer e por que não dizer de luxo, por um lado, mas de outro ponto de vista, está lhe trazendo tamanho desconforto como, por exemplo, altas temperaturas capazes de debilitar a sua saúde, a falta de um bem tão indispensável como a água para a sua sobrevivência em alguns casos, obrigando-os a consumir água de má qualidade o que também faz com que a sua preciosa saúde seja prejudicada, enfim. Quaisquer que sejam os caminhos trilhados pelo ser humano que segue esta filosofia de viver o hoje sem se preocupar com o amanhã será esta. A da autodestruição.

Esta prosperidade, importa reconhecê-lo, trouxe incontáveis benefícios em todos os campos do bem estar material. Mas porque era provavelmente material sem ser acompanhado por um desenvolvimento ético e espiritual, acarretou espantoso vazio existencial, provocou devastadora destruição do sentido cordial das coisas e ocasionou imensa devastação da natureza.³⁷

Se situações que parecem ser óbvias, como a necessidade de preservar a natureza para o nosso próprio bem-estar, temos dificuldade de conseguir a compreensão de grande parte da população que ainda joga lixo nas ruas, o que causa o entupimento de bueiros e alagamento de suas próprias casas, fazendo com que percam móveis e eletrodomésticos comprados com tanto esforço. Imaginem quando falamos da necessidade do respeito ao próximo, às diferenças do outro, das diferentes possibilidades que o outro pode trazer ao nosso desenvolvimento.

No livro Ética e Moral, Leonardo Boff destaca que, para que qualquer ser humano seja construído de fato, são necessárias a autoafirmação e a integração. É imprescindível a inter-relação dessas duas forças.

Pela força de autoafirmação cada um consegue se fazer valer e garantir sua sobrevivência e sua possibilidade de continuar a coevoluir. Pela força da integração se reforçam as relações inclusivas, se garante a cooperação de todos com todos e assim se assegura melhor o futuro.³⁸

São esses princípios de autoafirmação e integração que devem ser disseminados entre as nossas crianças desde as primeiras experiências. Para que as mesmas entendam que devem colocar para os demais o que são, como são, o que pensam, no que acreditam, que se auto-afirmem, mas que também se integrem às demais crianças, como um todo, façam parte desta realidade sem deixar de lado a sua essência. Se qualquer um desses princípios for deixado de lado grandes serão as consequências.

Se desde os primeiros anos de vida da criança cultuarmos em seu dia-a-dia experiências em que elas respeitem o outro com suas particularidades sem abrir mão das suas, as mesmas irão conviver com naturalidade, em harmonia em quaisquer situações ou ambientes a que forem submetidas.

Muito se tem feito para conseguirmos alcançar essa tão sonhada inclusão nas mais variadas esferas de convivência do ser humano no sentido de respeitar as

³⁷ BOFF, Leonardo. *Ética e Moral: a busca dos fundamentos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p.15.

³⁸ BOFF, 2010, p.16.

diferenças. Quando falamos em crianças observamos que até os brinquedos de hoje contemplam realidades antes negadas e excluídas na sociedade.

Por exemplo, hoje já encontramos uma grande gama de bonecas negras, antes isso era pouco visto, era comum comprarmos bonecas de pele clara, de olho claro, com um porte físico avantajado. Era comum também que as meninas assim que começavam a andar e ter controle do seu equilíbrio ganharem uma vassourinha e um ferro de passar de brinquedo. Esses brinquedos ainda existem, porém já encontramos brinquedos em que a menina é a médica da boneca, blocos de construção em que menina irá construir a sua casa, brinquedos antes dedicados exclusivamente a meninos. Percebemos que a inclusão da mulher no mercado de trabalho em profissões de destaque nunca antes alcançado, ainda tem muito para conquistar, como, por exemplo, salários justos para a função que exercem, mas que esta não deixa de ser uma inclusão vitoriosa que hoje influencia nas escolhas das crianças futuras profissionais que, se fizermos nosso dever de casa correto, aliam a autoafirmação com a integração e serão seres humanos mais éticos com o seu próximo. Acreditando que o ditado popular que diz que nossos filhos são a nossa versão melhorada, cabendo a nós abrimos mão de nossos preconceitos e ensinarmos o que é certo para eles e os demais viverem de forma de fato saudável física e mentalmente. “Qualquer que seja a família, o projeto racional de educação é de formar um cidadão ético. Já não basta mais ser cidadão, precisa ser ético.”³⁹

Esses valores de amor ao próximo, de cuidado, de respeito e aceitação para com os demais devem ser iniciados no seio familiar, já que os pais são os primeiros professores e são os primeiros a propiciarem experiências, onde através delas transmitiram conhecimentos aos pequenos. Os pais são os espelhos dos filhos. A palavra de pai e mãe tem muito poder e por isso devem ser utilizadas com bastante responsabilidade e sabedoria. Um filho não vai se decepcionar com uma atitude discriminatória vinda de um desconhecido, como esta vindo de um dos genitores. Filhos sempre buscam olhares de aprovação de seus pais, pois para eles são seus super-heróis e por assim ser devem sempre estar munidos de suas fantasias e atitudes heroicas.

É comum ouvirmos pais que relatam esperar que os filhos cresçam para levá-los a frequentar a igreja católica, cultos evangélicos ou de qualquer outra doutrina

³⁹ TIBA, Içami. *Quem Ama Educa Formando Cidadãos Éticos*. São Paulo, 2007. p.49.

que a família siga, o ideal é que, desde pequenos, mesmo que não entendam em sua totalidade do porquê de estarem frequentando aquele templo religioso, compartilhem desta experiência.

Donald Winnicott, esse grande pediatra e psicanalista britânico (1896-1967), prolongando Freud, estudou a importância das relações familiares para estabelecer o caráter das pessoas, Mas esse caráter remete a algo mais fundamental: aos valores de fundo, aos princípios, à visão de realidade que está na cabeça e no coração das pessoas. Então, essas pessoas ou as sociedades serão éticas (terão princípios e valores) se tiverem tido uma boa moral (relações harmoniosas e inclusivas) em casa, na relação primeira com a mãe, na sociedade e nas relações globalizadas hoje.⁴⁰

Sonhar com uma escola de fato inclusiva, uma educação inclusiva é apenas o primeiro passo para alcançarmos de fato nosso objetivo. Mas é importante encararmos o desafio e agirmos de acordo com os nossos ideais e com a ética do cuidado. Cuidado desprendido para com todos, mas principalmente com as minorias necessitadas. “Importa não deixarmos o sonho permanecer apenas sonho. Urge colocar as bases para sua implementação processual no cotidiano de nossas vidas, até para dentro das complexas estruturas da civilização contemporânea.”⁴¹

As escolas, em sua maioria, infelizmente, não têm preparo, seja na estrutura física, seja quanto ao material pedagógico, seja quanto à qualificação dos profissionais envolvidos para trabalhar com crianças com necessidades especiais e nem estão se preparando, é o que temos percebido. Muitas são lideradas não por educadores, mas sim por empresários que visam primordialmente o lucro. Visam ganhar dinheiro com o mínimo de investimento possível, com uma mão-de-obra de preferencia barata e restrita e com um rápido retorno financeiro. Não contemplam em seu PPP - Plano Político Pedagógico o atendimento às crianças com necessidades especiais para não terem que se adequar ao que a lei obriga, para que haja um atendimento produtivo e satisfatório, o que traria custos a esta instituição. A ética capitalista é a que tem destaque em grandes instituições de ensino privadas.

A ética capitalista diz: bom é o que permite acumular mais com menos investimento e em menos tempo possível. A moral capitalista concreta reza: empregar menos gente possível, pagar menos salários e impostos e explorar melhor a natureza para acumular mais meios de vida e riqueza.⁴²

⁴⁰ BOFF, 2010. p.40.

⁴¹ BOFF, 2010, p.26.

⁴² BOFF, 2010. p.41

A ética capitalista sendo colocada por muitos como uma prioridade é o que impulsiona passarmos hoje por uma profunda crise de valores em nossa sociedade e em todo o mundo. Devemos buscar a “ética que ama, cuida, se responsabiliza, se solidariza e se compadece.”⁴³

Devemos nos apaixonar pela causa da inclusão, pois, quando nos apaixonamos, movemos céus e terras para alcançarmos nossos objetivos. Realizamos atos nunca antes imaginados, investimos recursos financeiros e tempo que talvez hoje seja o nosso mais valioso recurso para alcançarmos esta meta. Não podemos esperar que tenhamos um membro da família ou um amigo querido passando por uma situação de exclusão escolar para arregaçarmos as mangas e buscarmos o que de melhor tenha na educação, seja na esfera social, profissional, para este ser especial receba um serviço com qualidade e satisfação. Aliando a razão com a paixão de forma equilibrada, o sucesso será inevitável.

3.2 Afetividade no Processo de Inclusão

A afetividade é algo que tem sido amplamente discutido quando falamos em inclusão, seja ela na família, na escola, na comunidade em que vivemos, como sendo uma ferramenta fundamental na educação de nossos filhos para que os mesmos se tornem cidadãos de bem. Segundo Gazzotti apud Bezerra (2006), afeto é:

O afeto constitui-se no elemento básico da afetividade humana, que é um “conjunto de fenômenos psíquicos que se manifestam sob a forma de emoções, sentimentos e paixões, acompanhados sempre de impressão de dor ou prazer, de satisfação ou insatisfação, de agrado ou desagrado, de alegria ou de tristeza.”⁴⁴

As crianças, desde que estão no ventre de suas mães, já são capazes de receber e se apropriar de bons ou maus sentimentos e que estudos apontam que estas manifestações repercutem na formação de suas personalidades no futuro.

⁴³ BOFF, 2010, p.32

⁴⁴ BEZERRA, Ricardo José Lima. *Afetividade como condição para aprendizagem: Henri Wallon e o desenvolvimento cognitivo da criança a partir da emoção*. *Revista Didática Sistemica*, vol.4, julho, 2006, p.20-21.

Uma mãe que conversa com o seu bebê, coloca música para o mesmo, conta histórias, afaga a barriga, transmite sentimentos que fazem com que a criança se sinta amada, querida, bem vinda e segura. Dando continuidade a esses comportamentos sempre que surgirem obstáculos, dúvidas, incertezas, angústias a criança irá recorrer à mãe, que geralmente é com quem ela tem grande parte de seus contatos nos primeiros dias de vida.

Uma série de exames são realizados com as gestantes antes, durante e após a gestação com o objetivo de alcançar o melhor estado de saúde da mãe e do bebê. Porém, alguns questionam quanto ao exame realizado para saber se o bebê é portador da Síndrome de Down, ainda no ventre da mãe. Que ganho esta informação trará para essa gestação? Se a mãe fizer e o resultado for negativo será um ponto positivo para o sentimento que está sendo construído entre esta mãe e este bebê. Mas e se o resultado for positivo? Isso não atrapalhará na construção deste vínculo tão importante? Não seria prudente que a mãe soubesse deste quadro apenas quando a criança nascesse e a partir de então iniciar todo um processo de acompanhamento e aceitação? Do contrário acreditamos está incentivando inclusive abortos em estado avançado de gestação, o que significaria um grande risco para ambas as partes.

Podemos citar como exemplo quando uma criança está começando a dar os primeiros passinhos, é a mãe que a coloca de pé e fica um pouco distante à sua frente a incentivando com palavras e expressões corporais doces e de motivação de que ela pode andar, ela conseguirá concluir esta tarefa pela primeira vez com dificuldades, mas por repetidas vezes ela alcançará a perfeição. Já se a criança está a ponto de colocar um objeto de metal pontiagudo na tomada e levar um choque a mãe irá lançar sobre ela um olhar e tom de voz de reprovação, o que provavelmente irá inibi-la de concluir o que estava por fazer. Somos influenciados por estímulos internos e externos.

O objeto de amor da criança é o seio da mãe, e referiu-se a primeira relação de sucção, como o protótipo de todas as relações de amor e reiterou a importância da mãe, como única, sem paralelo e para toda a vida, como sendo o objeto de amor mais forte.⁴⁵

⁴⁵ BIAGGIO, Ângela M. Brasil. *Psicologia do Desenvolvimento*. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 290.

A mãe é o elo de amor mais forte, porém outros relacionamentos amorosos irão se desenvolver por toda a vida deste ser.

Henri Wallon foi um dos pesquisadores que mais se dedicou aos estudos sobre a afetividade. Pontuou que a inteligência é o ponto alto do desenvolvimento humano e acredita que o psiquismo humano é formado por três dimensões: motora, afetiva e cognitiva, que funcionam em conjunto. Um feito alcançado por uma dessas dimensões influencia a outra, mesmo que não se perceba esta influência de forma clara.

Wallon, assim como Vygotsky, dentre muitos outros estudiosos, salientou que o meio em que a criança está inserida influenciará diretamente em seu desenvolvimento e não apenas o fator biológico. Se a mesma mora e convive com pessoas acolhedoras, amorosas, atenciosas, que incentivam a criança a falar, a andar, a novas descobertas, ela corresponderá a tal estimulação.

É de fundamental importância que a criança se sinta acolhida nas suas relações, sejam elas no ambiente familiar, seja no ambiente escolar e social. É muito comum elas na escola se reportem à professora por “tia” quando se sentem em um espaço afetivo. Quer dizer, veem a professora como um ente da família. Família esta que geralmente é vista como seu porto seguro. E não raro nos deparamos com experiências, onde os pais realizam um comportamento socialmente inadequado e são corrigidos pela criança, utilizando como argumento o que a “tia” da escola ensinou.

Por exemplo, um pai que no trânsito, sem se preocupar que o filho se encontra no banco de trás do carro, invade o sinal vermelho. O filho, tão logo percebe, se pronuncia: “Papai, a tia da escola disse que é errado passar no sinal vermelho. Só podemos passar quando o sinal estiver verde!” O que acaba por influenciar na mudança de comportamento do pai que não deseja ambiguidade na educação do filho. Pai este que não desconhece esta regra de trânsito, mas que, em virtude de muitos compromissos e de uma vida a cada dia mais competitiva, acaba por utilizar o famoso “jeitinho brasileiro” para tentar ganhar um pouco do valioso tempo e que, ao se deparar com as cobranças dos filhos devido ao que foi aprendido na escola, passa a abrir mão de tais subterfúgios para que esta criança não aprenda valores indevidos.

Segundo Prado, “a família influencia positivamente quando transmite afetividade, apoio e solidariedade, e negativamente quando impõe normas através de leis, dos usos e dos costumes.”⁴⁶

Os pais desde os primeiros contatos com a criança devem buscar construir uma relação de confiança com ela, para que, qualquer que seja a sua dificuldade, dúvida, curiosidade sobre os mais variados temas como futebol, sexualidade, religião, a escolha de uma profissão, ela se sinta acolhida para perguntar sem a preocupação de ser discriminada, ridicularizada ou venha a ser vigiada por seu desprendimento. Os pais não podem estar mais preocupados em proporcionar conforto material. Do contrário, poderemos estar incentivando nossos filhos a estar buscando informações fora de casa com pessoas que podem não ter a vivência, o interesse e o afeto necessário para orientá-los de forma adequada, trazendo sofrimento para toda a família. Um pai que não dialoga, não esclarece, não dá espaço para que seu filho se posicione, não pode reclamar se amanhã a criança estiver envolvida em situações indesejadas. Segundo Gabriel Chalita, “o conforto não é mais importante do que a presença de afeto.”⁴⁷

Wallon dividiu o desenvolvimento infantil em cinco estágios: impulsivo-emocional; sensório-motor e projetivo; personalismo; categorial; e puberdade e adolescência. Sendo que em cada um desses estágios existe uma alternância entre inteligência e afetividade como fator prevalente. No primeiro ano de vida a afetividade predomina, no segundo ano já a inteligência se sobressai e assim sucessivamente.

A afetividade é uma ferramenta que muito se tem utilizado em sala de aula e por que não dizer, em todas as demais dependências da escola, já que o aprendizado ocorre em cada momento de nossa vida. O professor que se empenha apenas em transmitir conteúdo sem se preocupar como isto ocorre, para quem está ensinando e as condições em que se encontra este alunado, é considerado um profissional defasado. Um profissional que trabalha constantemente com uma turma em que existem alunos que se destacam por seu jeito extrovertido, falante, contagiante, comprometido, um aluno nota 10 e, em pequeno espaço de tempo, percebi que seu comportamento mudou radicalmente, não deve simplesmente apesar de ter percebido a mudança brutal, entrar em sala de aula e ministrar o

⁴⁶ PRADO, Danta. *O que é família*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 13

⁴⁷ CHALITA, Gabriel. *Educação: a solução está no afeto*. São Paulo: Gente, 2001, p.28.

assunto proposto para aquele momento sem buscar através do diálogo descobrir o que houve e se permitir colaborar com a solução desta problemática.

Quando falamos em educação voltada para a inclusão de crianças com necessidades especiais, a afetividade tem um destaque ainda maior, já que o primeiro contato tanto de professores, crianças, como pais ou responsáveis com esta nova realidade merece um cuidado mais apurado, pois tudo o que é novo pode trazer algum tipo de resistência por alguma das partes envolvidas. Através da expressão de sonhos, desejos, expectativas, gestos e palavras podemos buscar a interação de todos os envolvidos no processo de inclusão, trocando experiências, construindo uma nova realidade de conhecimento, socialização, afeto e aprendizado em todos os aspectos.

Crianças ditas “normais” em contato com crianças especiais trocam inúmeros aprendizados. Como, por exemplo, podemos citar uma criança com Síndrome de Down incluída em uma sala da rede regular de ensino. Uma característica extremamente marcante entre as crianças Down é a de serem bastante afetuosas, comunicativas, alegres, expansivas, possibilitar a interação delas com crianças com dificuldade de socialização, tímidas, com dificuldades de se expressarem contribuirá para que essas crianças vençam suas dificuldades. Em contrapartida as crianças que já estejam acostumadas a seguirem regras sociais contribuirão para que as crianças com Síndrome de Down passem a adotar este comportamento muito exigido por nossa sociedade. Tratamos aqui do relato de uma troca extremamente rica em que cada um oferece o que de melhor tem e recebe um reforço para melhorar o que ainda é deficiente.

Segundo Lück e Dorothy Gomes Carneiro: “O desenvolvimento do domínio afetivo, assim como do cognitivo e do psicomotor, ocorre em função do processo de socialização, devendo ser sistematicamente facilitado, promovido e orientado.”⁴⁸

Vygotsky em seus estudos relatou que existe o desenvolvimento real, que seria conhecimento que as crianças já dominam e por isso não precisam da ajuda de terceiros para realizarem, e o desenvolvimento potencial, que são conhecimentos que a criança ainda não domina e que por isso necessita da ajuda de outras pessoas para realizá-los. Este espaço que existe entre o desenvolvimento real e o

⁴⁸ LÜCK, Heloisa, CARNEIRO, Dorothy Gomes. *Desenvolvimento afetivo na escola*. Petropolis: Vozes 1983. p.17.

desenvolvimento potencial Vygotsky chama de ZDP - Zona de Desenvolvimento Proximal.

Mas para transformar o que é potencial em real, faz-se necessária a instauração de um espaço de ações partilhadas, pois é na interação com outros sujeitos que se adquire a capacidade de internalização de conceitos, de organização do real e de regulação interna das ações.⁴⁹

É permitindo que crianças especiais se relacionem com as demais crianças e vice-versa que elas poderão trocar conhecimentos e aumentar o número de possibilidades reais em seu dia-a-dia.

A mudança do posicionamento da escola quanto à conduta dos profissionais da educação em sua metodologia de ensino abordada deve se também por conta da sociedade a cada dia mais exigente quanto a cidadãos mais críticos e de opinião própria. Sendo capazes de governar a si mesmos e não em serem governados por terceiros. O professor não deve ver o aluno apenas como um depósito de conhecimento, mas também como um cidadão capaz de produzir conhecimento. O professor hoje preocupa se em ouvir o ponto de vista e incentiva esta prática através de aulas discutidas e dialogadas.

Levando em consideração a educação nos dias atuais, Delors destaca: “Tudo nos leva, pois, a dar novo valor à dimensão ética e cultural da educação e, deste modo, a dar afetivamente a cada um os meios de compreender o outro, na sua especificidade e de compreender o mundo.”⁵⁰

Por isso o cidadão que escolhe a profissão de educador não deve fazer isso por dinheiro, posição social ou para satisfazer a vontade de seus pais, o que ainda infelizmente não é raro encontrarmos, mas sim por amor ao ofício de professor, mesmo sabendo das dificuldades que a mesma lhe trará, mas também tomando conhecimento das inúmeras conquistas cognitivas e emocionais que alcançaram com o mais lindo ofício, que além de lindo é indispensável às demais profissões.

Na concepção de Gabriel Chalita, “o ato de educar não é apenas depositar informações, nem transferir conhecimentos. Mas o ato de educar só se dar com afeto, só se completa com amor.”⁵¹

⁴⁹ SANTOS, Monica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira (orgs.). *Inclusão em Educação: Culturas, políticas e praticas*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008. p.96.

⁵⁰ DELORS, Jaques et al. *Educação um Tesouro a Descobrir*. Relatório da Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 10. ed. São Paulo, Cortez; Brasília: MEC, UNESCO, 2006. p.16.

⁵¹ CHALITA, Gabriel. *Educação: a solução está no afeto*. São Paulo: Gente, 2001. p.01.

Uma educação pautada em afeto e compreensão trará inúmeros aprendizados até para aquele que está ali para ensinar, o professor, este acaba por adquirir um conhecimento jamais ministrado em nenhuma instituição de ensino superior.

CONCLUSÃO

Na pesquisa intitulada “A Gestão Educacional Inclusiva na Escola” percebemos que todos os envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem, sejam eles pais, professores, coordenadores pedagógicos, psicólogos, devem trabalhar unidos, cada um dentro de sua competência, porém, trocando as informações pertinentes com os demais participantes do processo com o objetivo de incluir crianças com necessidades especiais. Devemos abraçar a causa, nos despidendo de nossos preconceitos e buscando cada dia mais informações com o intuito de melhorar a nossa atuação.

Tivemos como problema de pesquisa: Os profissionais das instituições de ensino, pais e demais envolvidos com a educação de nossas crianças têm conhecimento sobre o papel de cada um no processo de inclusão de crianças com necessidades especiais?

Como objetivo geral de discutir a importância de todos os envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem, a exemplo de professores, coordenadores, psicólogos ou pais, trabalharem com uma visão inclusiva e ética da criança com necessidades especiais. Com os objetivos específicos pretendemos: a) Compreender a importância do papel de cada um na escola e na sociedade em um processo de inclusão da criança com necessidades especiais, b) Compreender a importância do papel da gestão e dos demais envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem.

Objetivos esses alcançados no capítulo 1 ao descrevermos que o papel da gestão é orientar professores, coordenadores e pais sobre como procederem cada um dentro de suas atribuições para que as crianças se desenvolvam dentro de um processo de inclusão de forma natural, o que torna o processo bem mais satisfatório e produtivo para ambas as partes. O papel dos profissionais da educação, que são os responsáveis pela gestão da escola, em especial o professor, está em fazer da busca por uma qualificação contínua a chave para que cada membro deste processo conheça o seu papel e o dos demais participantes; buscar metodologias para melhorar sua atuação e conseqüentemente o desenvolvimento dos alunos que tanto necessitam deste olhar diferenciado; além de realizar os devidos encaminhamentos

e não levantar expectativas que não correspondam às competências de outros profissionais envolvidos no processo educacional.

O papel da família está em acompanhar de perto o desenvolvimento escolar de suas crianças, estando sempre “aberta” ao diálogo com os profissionais da instituição com o intuito de um melhor desenvolvimento da criança. Assumindo a responsabilidade de levar a criança para uma avaliação com o profissional capacitado (fonoaudiólogo, psicólogo, psiquiatra, psicopedagogo) quando isto se fizer necessário e dando continuidade ao tratamento de acordo com o quadro.

Lembrando que nós professores devemos ter consciência de que nossa atuação para com os educandos não se limita a conhecimentos de que os mesmos farão uso dentro das delimitações da instituição de ensino que frequentam, mas que os educandos podem e devem ser capacitados de forma a viver em sociedade de modo saudável.

Transmitir conhecimento sem distinção de raça, credo, gênero, dentre outras características, é a missão que nós educadores assumimos ao escolhermos nossa profissão. Se a educação é para todos como está previsto na constituição e como foi o nosso desejo ao nos graduarmos, vamos realizar esta tarefa de fato e de direito sem ficar procurando culpados ou desculpas para não atuarmos na inclusão dessas crianças que tanto esperam de nós. Obstáculos existem e sempre existirão.

Outro objetivo desta pesquisa foi reiterar e fortalecer o compromisso histórico dos educadores com a qualidade da escola, alcançado no capítulo 1, quando nos conscientizamos da necessidade contínua de qualificação para atendermos aos desafios atuais, como o desafio da inclusão de crianças com necessidades especiais e os novos estímulos que com certeza virão. Damos continuidade no capítulo 2 atendendo ao nosso objetivo ao realizarmos um breve histórico de como a escola evoluiu no que se refere a promover o direito à educação a todos os cidadãos como está previsto na Constituição.

Nosso último objetivo que foi enfatizar a didática e as práticas de ensino como áreas epistemológicas e disciplinares, cuja finalidade é a de fundamentar os processos de ensino e de aprendizagem como práticas de inclusão social e emancipação política; alcançamos no capítulo 3 ao abordarmos a importância de nós, professores, realizarmos diferentes formas de avaliar a evolução dos alunos

dentro do processo educacional; utilizando a afetividade em nossa prática como uma ferramenta a mais na busca de melhores resultados no aprendizado e na inclusão.

Essa tão sonhada inclusão de crianças com necessidades especiais no sistema de ensino e na comunidade só será possível se expandirmos nossos horizontes, flexibilizarmos o currículo, utilizando metodologias de ensino diferenciadas, uma política de avaliação particularizada, de modo a atender cada aluno levando em consideração as suas singularidades. Além disso, devemos integrar a afetividade em nossa atuação profissional diariamente como mais uma ferramenta com efeitos inimagináveis no processo de troca de conhecimentos; pois, se o aluno se desenvolve quanto à sua aprendizagem, o professor, coordenador pedagógico e psicólogo, também crescem no seu eu pessoal e profissional.

E, por último, mas não menos importante, no capítulo 3 abordamos a imprescindível necessidade de todos exercermos nossas atividades de forma ética, não apenas nas dependências da instituição para a qual prestamos um serviço, mas enquanto cidadãos temos significativos motivos para irmos em busca de um futuro melhor para todos nós, estivermos onde estivermos. Acreditamos assim termos alcançado os objetivos desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. *O enigma da religião*. Campinas: Papirus, 2007. p. 43-44.
- AMORIM, Luiz Carlos. A verdade sobre o fechamento de APAES. *Blog*. Disponível em: <http://www.prosapoesiaecia.xpg.com.br>
- APAES, Federação Nacional das. *Um Pouco da História do Movimento das Apaes*. 2008. Disponível em: <http://www.apaebrasil.org.br/arquivo/12468> Acesso em: 18.01.15
- BANDURA A., Azzi, R. G.; Polydoro, S. *Teoria Social Cognitiva: Conceitos Básicos*. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- BEZERRA, Ricardo José Lima. Afetividade como condição para aprendizagem: Henri Wallon e o desenvolvimento cognitivo da criança a partir da emoção. *Revista Didática Sistêmica*, vol.4, julho, 2006.
- BERGIER, Carolina. *A doença é ser normal*, ed. 320, 2013. Disponível em: <http://super.abril.com.br/saude/doenca-ser-normal-755983.shtml> Acesso em: 18.01.15
- BIAGGIO, Ângela M. Brasil. *Psicologia do Desenvolvimento*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: 2013.
- BOFF, Leonardo. *Ética e Moral: a busca dos fundamentos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- CAETANO, Nadja Carolina de Sousa Pinheiro. O impacto da formação do psicólogo para atuar com pessoas em situação de deficiência. São Carlos: UFSCar, 2009.
- CHALITA, Gabriel. *Educação: a solução está no afeto*. São Paulo: Gente, 2001.
- COSTA, Alfredo Bruto da. *Os tipos de exclusão social*. Disponível em: <http://contrapobreza.blogspot.com.br/2011/08/os-tipos-de-exclusao-social.html>. Acesso em: 13.02.15
- DELORS, Jaques et al. *Educação um Tesouro a Descobrir*. Relatório da Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 10. ed. São Paulo, Cortez; Brasília: MEC, UNESCO, (2006, p.16.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio Século XXI Escolar*. O minidicionário da língua portuguesa. 4. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- HOFFMANN, Jussara. *Avaliar – respeitar primeiro avaliar depois*. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.p.34.

LÜCK, Heloisa, CARNEIRO, Dorothy Gomes. *Desenvolvimento afetivo na escola*. Petropolis: Vozes 1983, p.17.

MARINHO, Emerson. O fechamento das APAEs e as verdades sobre a educação inclusiva. Disponível em: <http://emerson-marinho.blogspot.com.br/2013/09/o-fechamento-das-apaes-e-as-verdades.html#.VPS6qipcU8Q>. Acesso em: 15/02/2015.

PARAÍBA. Ministério Público do Estado da. *Manual de atuação da Educação*. João Pessoa: MPPB/PGJ, CEAF, 2011. Disponível em: http://www.mprs.mp.br/areas/infancia/arquivos/manual_educacao_paraiba.pdf. Acesso em: 15/02/2015.

PESSOA, Izabel Lima. *Política nacional de formação de professores da educação básica. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes*. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.sec.ba.gov.br%2Fcee%2Fquivos%2Fapresentacoes_reuniao_conjunta_ilheus%2FPolitica_Nacional_de_Formacao_de_Professores_da_Educacao_Basica.ppt&ei=IE9JVejeBMOpNp2XgZAF&usq=AFQjCNEOpvxdeLWVtemlu6vqOFE5SJTvEA&bvm=bv.92291466,d.eXY. Acesso em: 05.04.15.

PRADO, Danta. *O que é família*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SANTOS, Monica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira (orgs.). *Inclusão em Educação: Culturas ,políticas e praticas*. 2 .ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SENAC. DN. *Pessoas com deficiência: educação e trabalho*. Rio de Janeiro: SENAC/DEP/CEAD, 2006. (Documentos Técnicos)

SILVA, Ezequiel Sales e Nova LDB comentada: atualizada com questões de concursos. 8 ed. São Paulo: Visão Global Editora / Arte Editorial, 2013.

SILVA, Ana Paula Mesquita; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. O Papel do Professor Diante da Inclusão Escolar. Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 –nº 1 – 2014. Disponível em: http://www.uninove.br/marketing/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Ana_Paula.pdf. Acesso em: 05.04.15.

SILVA, Fabiana Maria Lobo da. *O direito à educação especial inclusiva*. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/18354/o-direito-a-educacao-especial-inclusiva>. Acesso em 13.02.15

TIBA, Içami. *Quem Ama Educa Formando Cidadãos Éticos*. São Paulo, 2007.

UNESCO. *Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 23 dez. 2009

YSSELDYKE, Salvia. *Avaliação em Educação Especial e Corretiva*. São Paulo: Manole, 1991.